



Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia

**OCUPAÇÃO IRREGULAR E REVITALIZAÇÃO DO BECO DA ESPERANÇA
NA CIDADE DE ARAÇATUBA – SP: PROPOSTA DE MANEJO
SUSTENTADO DE USO DO ESPAÇO**

Maringá
2010



**Universidade Estadual de Maringá
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Departamento de Geografia**

**OCUPAÇÃO IRREGULAR E REVITALIZAÇÃO DO BECO DA ESPERANÇA
NA CIDADE DE ARAÇATUBA – SP: PROPOSTA DE MANEJO
SUSTENTADO DE USO DO ESPAÇO**

Monografia apresentada ao
Departamento de Geografia
para obtenção de título de
Bacharel e Geografia, sob a
orientação da Prof^o.Dr^o. Edison
Fortes

Hugo Santana Casteletto

**Maringá
2010**

*A pedra... Depois de atirada... A palavra... Depois de
proferida... A ocasião... Depois de perdida... E o tempo...
Depois de passado*

Agradecimentos

Primeiramente e sempre a meu pai e minha mãe, que sem eles eu não estaria nem escrevendo este trabalho, e pelo fato de sempre estarem comigo.

A Prof^o Dr^o Edison Fortes, pela contribuição fundamental para o termino deste trabalho.

Ao pessoal da Prefeitura Municipal de Araçatuba, em especial o Secretário de Desenvolvimento, Carlos Farias, Diretor do Departamento de Planejamento e Desenvolvimento Urbano Rinal Takashashi que me ajudaram no fornecimento dos dados e acessos necessários para este trabalho.

A assistente social, Jucielly Moreira, da Secretaria de Ação Social de Araçatuba, que sempre esteve disponível para solucionar problemas que as vezes me pareciam perdidos.

Aos moradores do Condomínio Vitoria na cidade de Araçatuba, em especial a Dona Cícera, líder comunitária que abriu as portas de sua vizinhança e sua casa, para que eu pudesse compreender melhor as relações existentes entre eles.

Aos meus amigos de Maringá, que não preciso listar e gastar papel, pois eles sabem bem, e eu sei bem quem são eles, muito obrigado pelo aprendizado.

Aos meus amigos de Araçatuba, que nunca mudaram comigo, mesmo me mudando da minha cidade natal, não sendo a toa serem meus amigos a muito tempo.

Lista de Figuras

Figura 1: Imagem ilustrativa do art. nº 2 da Lei nº4.771/65 – Áreas de Proteção Permanente...	25
Figura 2: Localização da cidade de Araçatuba no estado de São Paulo	28
Figura 3: Rio Tiete (principal rio da cidade de Araçatuba - SP) e seus afluentes (Barbosa, 1970)	29
Figura 4: Localização da cidade de Araçatuba na Bacia sedimentar do Rio Tiete	32
Figura 5: porcentagem de crianças, adolescentes e adultos entre os 117 multirantes.....	33
Figura 6: Faixa etária dos menores de idade do Beco da esperança	34
Figura 7: Faixa etária dos adultos do Beco da Esperança	34
Figura 8: Grau de escolaridade das pessoas menores de 18 anos do Beco da Esperança	35
Figura 9: Grau de escolaridade das pessoas maiores de 18 anos	36
Figura 10: Profissões exercidas pelo multirantes	37
Figura 11: Sexo das crianças que compõe o Beco da Esperança	38
Figura 12: Sexo entre os adolescentes que compõe o Beco da Esperança	38
Figura 13: Sexo dos adultos que compõe o Beco da Esperança.....	39
Figura 14: Renda mensal da famílias quando viviam no Beco da Esperança	40
Figura 15: Estado civil dos habitantes do Beco da Esperança	37
Figura 16: Imagem aérea e foto da área que compreende o Beco da Esperança.....	42
Figura 17: Imagem aérea e foto da área que compreende o Condomínio Vitória	42
Figura 18: Comparação da localização do Beco da Esperança com o mapa de macrozoneamento do Plano Diretor de Araçatuba	43
Figura 19: Comparação da localização do Condomínio Vitória com o mapa de Áreas de Especiais Interesses do Plano Diretor de Araçatuba.....	45
Figura 20: Área de revitalização do Beco da Esperança, nota-se o cercado para impedir a passagem de pessoas e animais.....	50
Figura 21: Renda mensal atual das famílias	51
Figura 22: Condição das antigas moradias na avaliação dos multirantes.....	52
Figura 23: Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações Familiares.....	53
Figura 24: Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações de Vizinhança	53
Figura 25: Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Saúde.....	54
Figura 26: Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Trabalho	55
Figura 27: Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Segurança	55

Figura 28: Conhecimento sobre a realização e participação dos mutirantes no processo de remoção.....	56
Figura 29: Avaliação dos mutirantes para com as atividades promovidas durante o processo de remoção das famílias	57
Figura 30: Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Escolas Publicas	58
Figura 31: Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Locais de Lazer.....	58
Figura 32: Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Posto de Saúde	59
Figura 33: Conhecimento dos multirantes quanto a presença dos correios no novo bairro	60
Figura 34: conhecimento dos multirantes quanto a presença de creches no novo bairro.....	60
Figura 35: Conhecimento dos multirantes quanto a presença de hospital no novo bairro	61
Figura 36: Conhecimento dos multirantes quanto a presença de polícia no novo bairro	61
Figura 37: Conhecimento dos multirantes quanto a presença de transporte público no novo bairro	62
Figura 38: Conhecimento da freqüência de reuniões entre moradores do bairro	62
Figura 39: Necessidade dos multirantes quanto a modificação nas novas casas	63
Figura 40: Figura que demonstra se houve ou não melhoria na vida, isto segundo os próprios multirantes	64
Figura 41: Casas no Beco da Esperança, nota-se a água inundando o quarto dos moradores .	68
Figura 42: Moradores do beco em meados dos anos 90, nota-se a ocupação quase que total do local	68
Figura 43: Imagem das inundações causadas em dias de chuva.....	69
Figura 44: Condomínio Vitoria ainda em construção.....	69
Figura 45: Maquinas trabalhando para o adiantamento da obra.....	70
Figura 46: Condomínio em fase de termino	70
Figura 47: Moradores ajudando na construção de seu espaço	71
Figura 48: Condomínio pronto, com moradores já o ocupando	71

RESUMO

Os problemas sociais como a falta de educação, moradia, saneamento básico, emprego, fatores que acabam marginalizando famílias, vem a cada dia não apenas afetando a vida das pessoas que vivem nestas situações, mais em uma análise mais aprofundada, afetam também o meio ambiente, levando a degradação de áreas de proteção permanente como margens de rios e córregos, sendo essa ação antrópica um dos grandes problemas para as secretarias de planejamento de praticamente todos os municípios do Brasil. O dever da esfera municipal analisar essas situações, identificar as causas e solucionar o problema, sempre observando o que o planejamento adequado pode trazer para as pessoas que vivem as margens da sociedade. Com o objetivo de analisar e compreender os problemas causados pela antropização de áreas de proteção permanente, este trabalho busca, em uma menor escala, observar mudanças decorrente da remoção de 38 famílias que atualmente estão morando em uma situação de risco, levando em conta a proposta de manejo sustentado de uso do espaço, na cidade de Araçatuba, mais precisamente no Bairro TV, onde essas famílias foram removidas até um novo condomínio sustentável construído com verba da Secretaria de Planejamento de Araçatuba e ajuda da iniciativa privada, levando em conta não apenas o fato de estarem ocupando uma área próxima a uma de preservação, mas também a questão da miséria encontrada no local, onde foi identificado a falta de saneamento básico, saúde, comida, convivendo diariamente com o problema das enchentes. Foram feitas entrevistas com o Secretário do Desenvolvimento de Araçatuba e Presidente da COOPERHIDRO, a assistente social responsável pelas famílias que foram removidas e os moradores do novo condomínio. Assim, foi possível analisar através de estudos feitos sobre o planejamento, e conseqüentemente os dados fornecidos pela Prefeitura de Araçatuba, as formas como este projeto transformou a vida dessas famílias atendendo o uso do espaço da cidade e a legislação Municipal e Federal, nas formas de um Planejamento Ambiental.

PALAVRAS-CHAVES: planejamento ambiental, ocupação irregular, sustentabilidade

Abstract

Social problems such as lack of education, housing, sanitation, employment, factors that ultimately marginalized families, every day is not only affecting the lives of people living in these situations, a more in-depth analysis, also affect the environment, leading to degradation of areas of permanent protection as banks of rivers and streams, the anthropic being a major problem for the planning departments of virtually all municipalities in Brazil. The duty of the municipal consider such situations, identify causes and resolve the problem, always watching what proper planning can bring to the people who live the margins of society. Aiming to analyze and understand the problems caused by human disturbance of areas of permanent protection, this paper, on a smaller scale, to observe changes resulting from the removal of 38 families who are currently living in a dangerous situation, taking into account the proposal sustained management of using space in the city of Araçatuba, more precisely in the Neighborhood TV, where these families were removed to a new condominium built with sustainable funding of the Secretariat of Planning of Araçatuba and help the private sector, taking into account not only the Since they were occupying an area close to one of preservation, but also the issue of poverty found in the site, which identified the lack of sanitation, health, food, living daily with the problem of floods. Interviews were held with the Secretary of Development and Chairman of Araçatuba COOPERHIDRO, the social worker responsible for the families that were removed and the new condo residents. So, parse through studies on planning, and therefore the data supplied by the city of Araçatuba, the way this project transformed the lives of those families attending the use of city space and the Municipal and Federal legislation, in the form of a Environmental Planning.

KEYWORDS: environmental planning, illegal occupation, sustainability

Sumário

Lista de Figuras	i
Resumo	ii
1. Introdução	10
2. Objetivos	12
2.2. Objetivos Gerais.....	12
2.3. Objetivos Específicos	12
3. Metodologia	13
4. Referencial Teórico	14
4.1. Histórico do Planejamento Ambiental.....	14
4.2. Reflexões Teóricas Sobre o Conceito de Planejamento	19
4.3. Área de Proteção Ambiental e Área de Proteção Permanente	21
4.4. Desenvolvimento Sustentável	25
5. Área de Estudo	28
5.1. Localização da Área	28
5.2. Hidrografia.....	29
5.3. Geologia	29
5.4. Pedologia	30
5.5. Clima	30
5.6. Vegetação	31
5.7. Relevo	31
6. Resultados e Discussões	33
6.1. Caracterização Sócio-Econômica dos Mutirantes	33
6.2. Aspectos Legais Sobre a Remoção das Famílias	41
6.3. Revitalização da Área do Beco da Esperança	47
6.4. Qualidade de Vida Segundo os Questionários Aplicados	50
6.5. Processo de Remoção e Construção do Condomínio Vitória.....	64
7. Conclusões	73
8. Referências Bibliográficas	75

1 – INTRODUÇÃO

A ocupação desordenada é um problema antigo da população de todo mundo, fato é que, o crescente aumento da população mundial, junto à falta de políticas pública, aliado as formas de ocupação adotadas, levam a perceber a falta de planejamento, dado o fato de a maioria dos impactos ambientais serem causados pelos próprios humanos, sendo grande parte desses impactos causados por uma serie de fatores, dentre eles os loteamentos e ocupações irregulares que degradam áreas que deviam ser conservadas.

Como principal agente de degradação do ambiente, o homem vem durante anos modificando paisagens de forma que muitas de suas ações se tornam irreversíveis de certa forma. Assim em detrimento dos princípios do desenvolvimento sustentável, cabe ao homem definir as melhores formas de ocupação, manejo racionalmente para que assim se perpetue a vida de seus descendentes.

No momento em que as mudanças climáticas, urbanização desordenada, desmatamento, secas e outros grandes impactos ambientais assolam o mundo, os estudos sobre planejamento vêm com uma nova proposta de valorização ao meio-ambiente e habitantes. Assim, através deste estudo temos o exemplo da cidade de Araçatuba-SP que propôs a remoção de 38 famílias que ocupavam irregularmente uma área de proteção permanente, às transferindo para um novo condomínio. A proposta inicial do projeto piloto do condomínio, não diz respeito apenas em ter uma casa para morar e sim uma casa com todos os componentes necessários para a infra-estrutura, como água, esgoto, energia, coleta de lixo e os insumos que permitam um padrão de vida digno e humano, alicerçados pela sustentabilidade e respeito aos recursos naturais.

É enfatizado neste estudo, a melhoria na qualidade de vida das pessoas em consonância com a compreensão de preservação ambiental, analisando a revitalização da área degradada. Foram realizados acompanhamentos periódicos de todo o processo ocorrido, caracterizando a

vida das famílias até a conclusão do projeto, levando em conta a legalidade das ações propostas junto às novas propostas formuladas, inserindo-as dentro do conceito de sustentabilidade.

2 – OBJETIVOS

2.1 – OBJETIVO GERAL

- Analisar a situação atual das famílias removidas do Beco da esperança no município de Araçatuba-SP

2.2 – OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Analisar o processo executado pela Prefeitura para realocação das famílias;
- Entrevistas com o Secretário do Desenvolvimento de Araçatuba, o presidente da COOPERHIDRO, a assistente social responsável e as famílias pertencentes ao programa;
- Analisar as condições de vida das famílias e a melhoria na revitalização da área degradada do córrego;
- Caracterizar sócio-economicamente as 38 famílias pertencentes ao programa;
- Observar e analisar a viabilidade do processo de manejo sustentado de uso do espaço proposto pela cidade de Araçatuba-SP.

3 - METODOLOGIA

Na metodologia do trabalho procuramos trabalhar com os dados tirados direto de questionários e informações sobre o processo de remoção das famílias. Assim, através de análises dos dados foi possível analisar o grau de satisfação da população com a nova condição de vida.

Obtiveram-se dados da Prefeitura Municipal de Araçatuba, onde dentro desses dados havia a caracterização sócio-econômica dos mutirantes; os processos legais e ideários que surgiram para que se efetivasse o projeto; aspectos sobre a revitalização da antiga área ocupada. Além desses dados fornecidos pela prefeitura, ainda foi aplicado um questionário com perguntas objetivas e mistas. Com os dados em mãos, entrevistas com as assistentes sociais responsáveis, e os órgãos competentes, foram possíveis traçar e exemplificar na forma deste trabalho, o processo presente e um prognóstico a respeito da qualidade de vida dessas pessoas, além do processo de revitalização da área.

A metodologia do trabalho se resume em análises de dados quantitativos e trabalhos de campo qualitativos, no que tange a qualidade de vida das famílias e o processo de revitalização da área do Beco da Esperança observado através de conversas e fotos tiradas em campo.

4 – REFERENCIAL TEÓRICO

4.1 – HISTÓRICO DO PLANEJAMENTO AMBIENTAL

A história do planejamento se formou durante um longo e duradouro tempo. Segundo Acot (1990, p. 150) “entre 1810 e 1940, diversos estudos no campo da ecologia induziram a reorientação da relação homem e meio, como a teoria da evolução de Darwin (1809-1882)”. Segundo Santos (2002, p. 16) “nesse período, muito contribuiu a Escola Francesa, com propostas de planejamentos de recursos e saneamento, que enfatizavam a relação entre disponibilidade de água e preservação de mananciais”.

O planejamento nos mostra uma evolução no que diz respeito à abordagem sistêmica, sendo primeiramente visto de uma forma em que os elementos da natureza eram analisados em sua totalidade. Contudo segundo Santos (2002, p. 17) “por diversos caminhos, as ciências foram, paulatinamente, fragmentando as paisagens e compreendendo de maneira particularizada e minuciosa as partes componentes de um sistema”, o que acabou por culminar nas primeiras formas de planejamento, chamada de planejamento setorial. Porém este planejamento setorial teve maior desenvolvimento nas áreas de economia e recursos hídricos, onde a discussão central era voltada aos terrenos urbanos e múltiplas funções da cidade.

Em 1930 a experiência acumulada sobre os estudos hídricos fez com que vários métodos fossem criados, ampliando o conhecimento sobre as vantagens de um planejamento, como ressalta Santos (2002):

resultou, sobretudo, do desenvolvimento de métodos multicriteriais associados à avaliação de custo/benefício, essas estratégias objetivavam a tomada de decisão em relação as alternativas de demanda ou múltiplos usos da água, foi nesse período, entre os anos de 1930 e 1940, que cresceu a antiga idéia de planejamento baseado em bacias hidrográficas, no entanto, essa forma de planejamento restringiu-se muito aos recursos hídricos (SANTOS, 2002, p. 16)

Foi então a partir da Segunda Guerra Mundial que surgiu discussão acerca do que a relação de desenvolvimento, questionando se

estaria ligado ao PIB (Produto interno Bruto). Assim, entre 1950-1960 foram surgindo os planejamentos econômicos de maior interesse, aumentando o interesse na área, como diz Santos (2002, p. 18) “progressivamente, eles foram ganhando força, pois eram vistos como uma forma de alcançar mais rapidamente o crescimento econômico, e se tornaram comuns em vários níveis do governo”, contudo o autor ainda lembra que acabavam, em sua maioria, se tornando grandes problemas, pois não passavam de documentos formais sobre a legalidade das ações, sendo de difícil operacionalização por serem muito rígidos, onde acabavam em impasses entre seus planejadores, uma vez que os pontos de vista se tornavam variáveis.

Ainda em 1950 os Estados Unidos mostram sua preocupação quanto a estudos de impactos ambiental, provenientes de obras bancadas pelo Estado, Santos lembra (2002, p. 18) “na década de 1950 quando nos Estados Unidos, a principal preocupação girava em torno da necessidade de se avaliar os impactos ambientais resultantes de grandes obras estatais”, contudo ainda não passavam de apenas técnicas de planejamento, sem preocupação com outras questões como lembra o autor “perdas ambientais e outras alternativas sociais não eram relevadas até então” (SANTOS, 2002, p. 18).

Foi a partir desse momento que países desenvolvidos e em desenvolvimento começaram a iniciativa de aplicação de técnicas espelhadas nas grandes potências, porém sem grande ênfase no planejamento, dando assim base para que em 1960 surgissem novas formas de desenvolvimento, como Santos (2002, p. 18) explica “surgiram novos modelos alternativos de desenvolvimento, considerando benefícios desvinculados do aspecto puramente econômico, bem como características negativas do chamado ‘mundo desenvolvido’, como poluição e degradação ambiental”.

A discussão acerca das considerações sobre o conceito de desenvolvimento toma formato com o fim das políticas setoriais, como o próprio Santos (2002, p. 19) lembra “países subdesenvolvidos que haviam alcançado um significativo crescimento de seu PIB ainda conservavam um grande número de indivíduos sem acesso aos serviços sociais básicos”. Ainda na mesma linha, Santos (2002, p 19) lembra que:

os estudiosos na área ambiental são unânimes em afirmar que o marco das preocupações do homem moderno com o meio ambiente, incorporando questões sociais, políticas, ecológicas e econômicas com o uso racional dos recursos, deu-se em 1968, com o Clube de Roma, essa foi uma reunião de notáveis de diversos países e de diversas áreas do conhecimento: biologia, economia, social, política e industrial (SANTOS, 2002, p. 19)

É importante ressaltar que o relatório final acabou sendo conhecido como “Limites de Crescimento” dando maior respaldo a sociedade civil para reivindicações acerca do assunto.

Antes de 1968, Santos (2002, p. 19) procura lembrar que “o ideário atual foi semeado no ano de 1950, quando a IUCN (World Conservation Union/Internacional Union Conservation of Nature) apresentou um trabalho que usou pela primeira vez o termo “desenvolvimento sustentável”, contudo houve uma difusão maior em 1971 na Reunião de Founex, com o nome de ‘ecodesenvolvimento’ onde se viu claramente sua preocupação com o desenvolvimento sustentável como o consumo indiscriminado e a poluição ambiental.

A história do planejamento, sucessivamente surgiram declarações como a de 1968 e 1971. Porém foi em 1972 que com a Conferencia de Estocolmo que o planejamento ambiental tomou sua forma, assim explica Santos (2002) ao lembrar-se do desenvolvimento das discussões:

essas considerações continuaram a ser debatidas na Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, no ano de 1972, um marco na discussão sobre poluição da água e do ar, do perigo de crescimento populacional indiscriminado (já alertado pelo Clube de Roma), e dos usos dos recursos naturais, na reunião de Estocolmo criou-se o PNUMA (Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente), com o objetivo de gerenciar as atividades de proteção ambiental, e o Fundo Voluntário para o Meio Ambiente, bastante cotado para os países em desenvolvimento (SANTOS, 2002, p. 19)

Foi a partir da Conferência de Estocolmo que vieram mais duas reuniões importantes, dando maior aparato ao trabalho do planejamento. Segundo Santos (2002, p. 19) “em 1983, ocorreu o terceiro grande encontro organizado pela Assembléia Geral da ONU (Organização das Nações Unidas) que criou a CMMAD (Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento)” ainda ressaltando:

o grupo de especialistas, coordenado pela ministra norueguesa Gro Brudtland, reuniu durante três dias as alternativas desenvolvidas, apontou as experiências bem sucedidas e pensou em alternativas realistas para as deficiências observadas (SANTOS, 2002, p. 19)

Assim, surgiu o Relatório de Brudtland, comumente chamado de “Nosso Futuro Comum” oficializando a idéia de desenvolvimento sustentável.

Conseqüentemente a Assembléia Geral da ONU, em 1992 ocorre em território brasileiro, uma reunião, onde intelectuais debateram acerca da conservação ambiental, reunião esta denominada Rio-92. Assim, segundo Santos (2002, p. 20) “podem ser averiguados em cinco principais documentos: Convenção sobre mudanças climáticas, Convenção sobre diversidade biológica, Princípios para manejo e conservação de florestas, Declaração do Rio e Agenda 21”, sendo que dentro de um desses documentos, havia uma retificação quanto ao planejamento associado ao desenvolvimento. O Cap. 7 da Agenda 21 faz uma referencia particular para o planejamento rural e urbano, onde o documento busca salientar as formas de uso da terra dentro dos preceitos de um desenvolvimento sustentável.

Santos (2002, p. 21) lembra que:

as principais razões que provocaram a mudança de comportamento do governo foram resultantes de pressões de bancos internacionais, que passaram a exigir estudos de impactos ambiental para financiamento de projetos, das sociedades estrangeiras ambientalistas, como a IUCN/WWF (World Willife Foundation), com a estratégia Mundial para a Conservação e de ONGs, que se organizaram no Brasil e passaram a exigir participação nas tomadas de decisão sobre o ambiente (SANTOS, 2002, p. 21).

No Brasil, em 1981 são criados órgãos através de leis, que deveriam tratar de uma forma mais adequada o planejamento ambiental, Santos (2002, p. 21) lembra “em 1981, foi promulgada um dos principais documentos referentes ao ambiente: a Lei de Política Nacional do Meio Ambiente (conhecida como PNMA), Lei nº 6.938/81” ainda Santos (2002, p. 22) diz, “antes dela, as diretrizes legais eram setorizadas, ligadas a um aspecto do ambiente como preservação de florestas, proteção da fauna, conservação dos recursos hídricos ou poluentes” desta forma foi criado o SISNAMA (Sistema Nacional de Meio Ambiente) órgão regularizador que “formulou diretrizes de avaliação de impactos, planejamento e gerenciamento, de zoneamentos ambientais, usando como unidades de planejamento as bacias hidrográficas” (SANTOS, 2002, p. 21).

Foi então em 1986 com a aprovação da Resolução 001 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) criando assim uma obrigatoriedade nos estudos de impactos ambientais em varias outras áreas da atividade humana, abrangendo e aumentando a qualidade e a quantidade de estudos de impactos ambientais. Assim, segundo Santos (2002)

na década de 1990, o planejamento ambiental foi incorporado aos planos diretores municipais, foi a partir desses trabalhos que se obtiveram as informações mais contundentes sobre qualidade de vida, desenvolvimento sustentável, sociedade e meio ambiente, providas pela preocupação com o ser humano (SANTOS, 2002, p. 22)

Foram a partir de discussões a partir dos anos 50 que se formaram a políticas de planejamento ambiental, sendo que no Brasil, segundo Santos (2002, p. 22), “na década de 1980, o planejamento ambiental foi incorporado pelos órgãos governamentais, instituições, sociedades ou organizações”. Porém o autor ainda lembra a falta de interdisciplinaridade com a questão dizendo que “apesar dos avanços, deve-se considerar que, num processo de planejamento, ainda é comum que a engenharia e a economia dominem as tomadas de decisão” (SANTOS, 2002, p. 23)

4.2 – REFLEXÕES TEÓRICAS SOBRE O CONVEITO DE PLANEJAMENTO

Várias formas de pensamento e reflexões são dadas por vários autores acerca do planejamento. Assim, Castilho (1998, p. 33) define planejamento como “o processo de calculo que preside a ação, dando ênfase na previsão”. Já para Silva (2000, p. 50), “o planejamento é um processo intelectual de selecionar objetivos, prever e dispor dos meios necessários para realizarem em local certo e tempo pré-fixado, fins exatos e precisamente definidos”. Silva (1999, p. 101) menos preciso define “como processo técnico de transformação da realidade existente no sentido dos objetivos previamente estabelecidos, esta destacando no sentido da intervenção”.

Segundo Souza (2002, p. 46) a definição de planejamento vem da seguinte forma:

planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para fazê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002, p. 46).

Desta forma Souza (2002, p. 47) ainda explica que a diferença existente entre planejamento e gestão é nada mais que “gestão remete ao presente: gerir significa administrar uma situação dentro dos marcos dos recursos presentemente disponíveis e tendo em vista as necessidades imediatas” (SOUZA, 2002, p. 47). Assim, podemos concluir que planejamento nada mais é que uma preparação para gestão futura, sendo que em muitos dos casos, as gestões presentes são frutos de planejamentos passados.

Segundo o autor, a qualidade de vida e a justiça social devem ser incluídas no processo de planejamento, e não apenas enfatizar o uso das potencialidades naturais, assim Souza (2002, p. 62 e 75) diz:

no que tange a melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez

maior da população (...) quanto ao aumento da justiça social, trata-se de uma discussão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social (SOUZA, 2002, p. 62 e 75)

Souza ainda explica seu enfoque diferenciado da seguinte forma “pode-se assumir que o desenvolvimento urbano, o qual é objetivo fundamental do planejamento e da gestão urbana, deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social” (SOUZA, 2002, p. 62).

Além de alimentar a idéia de justiça social, qualidade de vida e preservação ao meio ambiente, Leal (1995) ainda ressalta os papéis de que devem ser desempenhados pelos agentes da sociedade, o Estado e o poder privado, lembrando o papel de coadjuvante que a população tem quando se trata de grandes planejamento, assim Leal (1995) lembra que a esfera municipal é o principal meio de aproximação da população junto aos seus direitos e deveres como cidadão:

essa participação popular deve ocorrer em todos os níveis de planejamento (federal, estadual e municipal), mas deve ser mais intensa na esfera municipal, pois esse representa a esfera de poder mais próxima da população, sendo no município que se concentramos problemas mais imediatos da população e que se repercutem diretamente nas relações com o poder local (Leal, 1995, p. 3).

Segundo Almeida (2002, p. 14), o planejamento I “é aplicação racional do conhecimento do homem ao processo e tomada de decisões para conseguir uma ótima utilização dos recursos, a fim de obter o máximo de benefícios para a coletividade”. Assim, para Almeida há confusão no conceito de Planejamento Ambiental e Planejamento no sentido geral da palavra, pois não se trata de considerações quanto as questões ambientais e sim de uma forma integral e interdisciplinar, de difícil conceituação, desta forma Almeida (2002, p. 12) diz:

o alcance desse reconhecimento requer o fortalecimento de metodologias interdisciplinaridades de planejamento, capazes de articular as especificidades das relações entre ambientes naturais e humanos em dada realidade, como também ter a capacidade de responder as exigências de viabilização política dos planos, programas e projetos ambientais (ALMEIDA, 2002, p. 12).

É então na escala municipal que se compreende a atividade de Planejamento Ambiental de fato, uma vez que a participação popular fazer parte do conceito existente tendo efeito em duas características, local (onde os agentes sociais e líderes se mobilizam em prol da melhoria dos estudos) e ambiental (onde deveriam haver estudos técnicos em relação a antropização do ambiente). Assim segundo Almeida (2002, p. 16)

estas duas características que constituem a base do Planejamento Ambiental local ganharam força com a Constituição de 1988 que defende o fortalecimento de uma relativa autonomia municipal nos aspectos políticos, administrativas e/ou tributário e legislativo, atendendo os assuntos de interesse social Almeida (2002, p. 16)

Ainda segundo o mesmo autor, assim como compete aos municípios à autonomia de formulação de novas leis que dêem a base para o Planejamento Ambiental, compete a eles também uma fiscalização mais dura.

4.3 - ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL E ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE

No território brasileiro, as Áreas de Proteção Ambiental (APA) tem o intuito de conservar e proteger certos locais, onde um sistema biótico e abiótico característico da região permite uma delimitação da área a fins de pesquisa e observação de como o lugar se alto sustenta. No Brasil, as Áreas de Proteção Ambiental se inserem no artigo 14, inciso I da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) da Lei N.º 9.985 de 18/07/00, onde ela faz parte do grupo das unidades de conservação de uso sustentável no meio ambiente. Segundo o artigo 14º a APA se defini como

uma área em geral extensa, com um certo grau de ocupação humana, dotada de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais

especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e tem como objetivo básico proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (LEI DO SISTEMA NACIONAL DE UNIDADE DE CONSERVAÇÃO, ARTIGO Nº 14).

Essas áreas têm em sua totalidade características específicas e determinantes para a formulação e delimitação do território pertinente a lei expressa. Tanto pode ser estabelecida em áreas onde o poder público tem seu domínio, como em áreas privadas. A formulação e identificação dessas áreas cabem a União, Estados e Municípios, onde não necessariamente se obriga a desapropriação dessas áreas, porem na APA o uso e a ocupação do solo deve ser restringir, sendo tarefa tanto da iniciativa privada quanto dos órgãos públicos, desenvolver e disciplinar as condições para visitação e pesquisa de acordo com as exigências legais.

As APAs geralmente possuem em seu interior outras unidades de conservação (UC), onde se pode conciliar a vida urbana com o meio ambiente, através de técnicas novas, partindo de pesquisas previamente observadas, que conciliem o desenvolvimento da região, a manutenção do ecossistema preservado e o uso do solo, lembrando que toda APA tem que ter uma zona de conservação de vida silvestre (ZCVS) lembrando o fato de terem que ser respeitados os meio bióticos. Ao se respeitar todos os preceitos constitucionais, são estabelecidas normas e restrições para o uso a utilização da propriedade privada no local, respeitando sempre o órgão responsável pela administração da APA, que é o mesmo que presidira o conselho da UC, cabendo a eles também observar, analisar, e determinar quais são as condições e restrições para pesquisas e visitação no território estabelecido, formando assim uma área legal.

Portanto essas áreas além de possuírem legalmente uma proteção federal através da Constituição Federal, bem como as áreas que são inseridas e protegidas pelo Código Florestal e as Unidades de Conservação, acabam sendo áreas que por força do ato do Poder Público, estão protegidas afim da preservação e estudo, sendo uma área de exemplares de fauna e flora,

e qualquer intervenção ou alteração, sem um devido comunicado prévio, é crime, que implicara em medidas administrativas, civis e penais, cabendo a reparação do ambiente em questão.

Além dessas áreas, ainda são previstas por lei, lugares de proteção legal, são as Áreas de Proteção Permanente (APP), onde por lei são áreas onde não se deve mexer por motivo algum, pois se trata de locais variados, onde o mínimo de antropização pode acarretar sérios problemas para os seres bióticos e abióticos do local.

No Código Florestal, inserida nos artigos 2º e 3º Lei n.º 4.771/65 e também no artigo 197 da constituição do Estado de São Paulo, o conteúdo que defini uma área de proteção permanente, sendo assim, são áreas mais fáceis de serem identificadas e demarcadas, pelo fato de conterem na lei em um rol taxativo como é observado abaixo:

Art. 2º - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de outro qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:
1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;
2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham 50 (cinquenta) metros a 200 (duzentos) metros de largura;
4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros;
5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

b) ao redor das lagoas, lagos ou reservatórios d'água, naturais ou artificiais;
c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água", qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;
d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;
e) nas encostas ou partes destas com declividade superior a 45° equivalente a 100% na linha de maior declive;
f) nas restingas, como fixadoras e dunas ou estabilizadoras de mangues;
g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo, em faixa nunca inferior a 100 (cem) metros em projeções horizontais;
h) em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação.

Parágrafo único - No caso de áreas urbanas, assim entendidas as compreendidas nos perímetros urbanos definidos por lei municipal, e nas regiões metropolitanas e aglomerações

urbanas, em todo o território abrangido, observar-se-á o disposto nos respectivos planos diretores e leis de uso do solo, respeitados os princípios e limites a que se refere este artigo.

Artigo 3º - Consideram-se, ainda, de preservação permanente, quando assim declaradas por ato do Poder Público, as florestas e demais formas vegetação natural destinadas;

- a) a atenuar a erosão das terras;
- b) a fixar as dunas;
- c) a formar as faixas de proteção ao longo de rodovias e ferrovias;
- d) a auxiliar a defesa do território nacional, a critério das autoridades militares;
- e) a proteger sítios de excepcional beleza ou de valor científico ou histórico;
- f) a asilar exemplares da fauna ou flora ameaçados por extinção;
- g) a manter o ambiente necessário à vida das populações silvícolas;
- h) a assegurar condições de bem-estar público.

§ 1º - A supressão total ou parcial de florestas de preservação permanente só será admitida com prévia autorização do Poder Executivo Federal, quando for necessária à execução de obras, planos, atividades ou projetos de utilidade pública ou interesse social.

§ 2º - As florestas que integram o Patrimônio Indígena ficam sujeitas ao regime de preservação permanente (letra "g") pelo só efeito desta Lei.

Art. 197 - São áreas de proteção permanente:

- I - os manguezais;
- II - as nascentes, os mananciais e matas ciliares;
- III - as áreas que abriguem exemplares raros da fauna e da flora, bem como aquelas que sirvam como local de pouso ou reprodução de migratórios;
- IV - as áreas estuarina;
- V - as paisagens notáveis;
- VI - as cavidades naturais subterrâneas.

Portanto, tanto sendo Área de Proteção Ambiental como Área de Proteção Permanente, o que se pode observar é a presença de leis e regularização esse tipo de ocupação, seja ela perto da nascente de um rio, seja ela uma área com grande diversidade ecológica. O que se pode entender é que a preservação tem que ser controlada e fiscalizada ou teremos em anos uma biodiversidade pouco diversa. Observamos na Figura 1 a ilustração da lei que delimita as área de APP.



Figura 1 - Imagem ilustrativa do art. nº 2 da Lei nº4.771/65 – Áreas de Proteção Permanente

4.4 – DESENVOLVIMENTO SUSTENTAVEL

Sustentabilidade, na sua definição simples, nos passa a idéia de ter uma capacidade de ser sustentável, ou seja, de se poder manter-se e de se sustentar. Esta definição, mesmo parecendo óbvia, quando aplicado a ação humana no meio ambiente em que vive, nos faz compreender notoriamente que a sustentabilidade seria a capacidade de “suprir as necessidades da geração presente sem afetar a habilidade das gerações futuras de suprir o seu” (Relatório de Brundtland, 1987), o individuo tem de se manter frente um determinado ambiente sem impactá-lo, de forma a deixá-lo com o mínimo de mudanças antrópica. Assim, a sustentabilidade seria a capacidade humana de desenvolver técnicas que possam mostrar as pessoas como usar os recursos naturais, de certa forma que não afete o meio em que se estão inseridos, devolvendo esses recursos ao ambiente, e impactando de uma forma positiva a área ocupada.

Nesta mesma linha de pensamento, podemos dizer que um empreendimento sustentável seria a capacidade de seus gestores de devolver ao meio ambiente, ao menos parte dos recursos que o processo de colonização da área gastou, tentando ao mesmo tempo, manter uma qualidade de vida das populações que ali estão inseridas, sendo assim Lester Brown (1980) definiu a sociedade sustentável, como aquela que é capaz de se manter suas necessidades sem impedir que suas gerações futuras possam realizar o mesmo. Contudo o conceito de sustentabilidade pode ser bem explicado pelo Relatório de Brudtland, servindo assim de referência para vários outros autores que vieram depois tentando destrinchar este conceito tão novo. Assim, segundo o Relatório de Brudtland (1987)

após um longo ciclo de antropocentrismo, gerador de uma realidade social e histórica, contraposta à realidade natural, a Humanidade está adquirindo uma consciência renovada de espécie, na qual seria possível uma solidariedade intergeracional e mesmo interespecífica (Relatório de Brudtland, 1987)

O Relatório ainda enfatiza o efeito causado pela Conferencia de Estocolmo, realizada 1972, dizendo ter sido o principio do efeito sustentável, assim

o fenômeno da poluição transfronteira foi um dos primeiros a suscitar a necessidade de negociações internacionais no tocante ao manejo de resíduos e foi um dos primeiro problemas que deram origem a Conferencia sobre Habitat Humano, que se realizou em Estocolmo em 1972 e foi antecessora a Conferencia das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Relatório de Brudtland – “NOSSO FUTURO COMUM”, 1980).

Foi então durante os 20 anos que sucederam a Conferencia de Estocolmo, ate a assinatura das nações comprometidas a se motivarem com o Relatório de Brudtland, que fundamentaram o surgimento do conceito de gestão sustentável onde houve um “aprofundamento no nosso conhecimento dos mecanismos de ligação entro os processos econômicos, ecológicos e culturais que se desenvolveram em regiões afastadas umas das outras,

firmando-se, desta maneira, a consciência da integralidade das interconexões” (NOSSO FUTURO COMUM, 1987).

O Relatório trazia alguns “princípios da vida sustentável” que deveriam ser seguidos e serviriam de base para elaboração de qualquer tipo de plano sustentável, onde em cada princípio haveriam objetivos, ações e metas a serem seguidos. Os princípios elaborados pelo Relatório de Brundtland, 1987: respeitar e cuidar da comunidade dos seres vivos, melhorar a qualidade da vida humana, conservar a vitalidade e diversidade do planeta terra, permitir que as comunidades cuidem de seu próprio meio ambiente, gerar uma estrutura nacional para a integração de desenvolvimento e conservação e construir uma aliança global.

O que se observa na maioria dos conceitos encontrados em artigos, revistas, sites especializados, entre outros, é a forma como se é tratada a sustentabilidade, sempre a tornando um conceito positivo, porém sem o engajamento populacional observando que o importante de tudo isso, não é apenas o significado bonito que a palavra sustentabilidade possui, e sim a conscientização da população que a adoção dessas práticas no dia a dia de cada habitante é de extrema importância para a longevidade e perpetuação da espécie humana, além da maior prolongação dos recursos naturais essenciais para a nossa sobrevivência.

Se esta conscientização e a compreensão da importância da adoção dessas práticas de sustentabilidade nos fosse revelada mais cedo essas alterações climáticas ao menos poderiam ser menos catastróficas, assim haveriam mais recursos disponíveis, conseqüentemente haveriam menos tragédias, o que daria tempo para a população buscar outras formas de se proteger da degradação que vem acontecendo, e que o conceito de sustentabilidade combate.

5 – ÁREA DE ESTUDO

5.1 – LOCALIZAÇÃO DA ÁREA

A área de estudo (Beco da Esperança) localiza-se na cidade de Araçatuba – SP (Figura 2), mais precisamente localizada na região Noroeste do estado de São Paulo, onde sua ocupação se deu principalmente pelo fato da construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

O Beco da Esperança caracteriza-se como um bairro de Araçatuba fundado em 1972 pela moradora compreendendo entre o paralelo $21^{\circ} 10' 50,60''$ S e o meridiano $50^{\circ} 27' 29,57''$ O, localizando-se próximo ao afluente do rio Tiete, chamado de córrego dos Espanhóis.

O local é caracterizado por ser uma Área de Proteção Permanente, próximo ao Beco da Esperança, local de antiga ocupação de famílias, sendo um local de difícil acesso, devido à falta de infra-estrutura adequada no local, o que compreende rede de iluminação, rede de esgoto e asfalto, o que acaba por interferir diretamente no meio.



Figura 2 - Localização da cidade de Araçatuba no estado de São Paulo

5.2 – HIDROGRAFIA

A hidrografia da cidade de Araçatuba está compreendida na identificação de 20 rios e vários córregos de afluição, sendo o rio Tiete o principal da cidade cortando a mesma de leste a oeste tendo como principais afluentes o córregos dos Espanhóis, Machadinho, Machado de Melo e os ribeirões Baguaçu, Traitu (Figura 3)

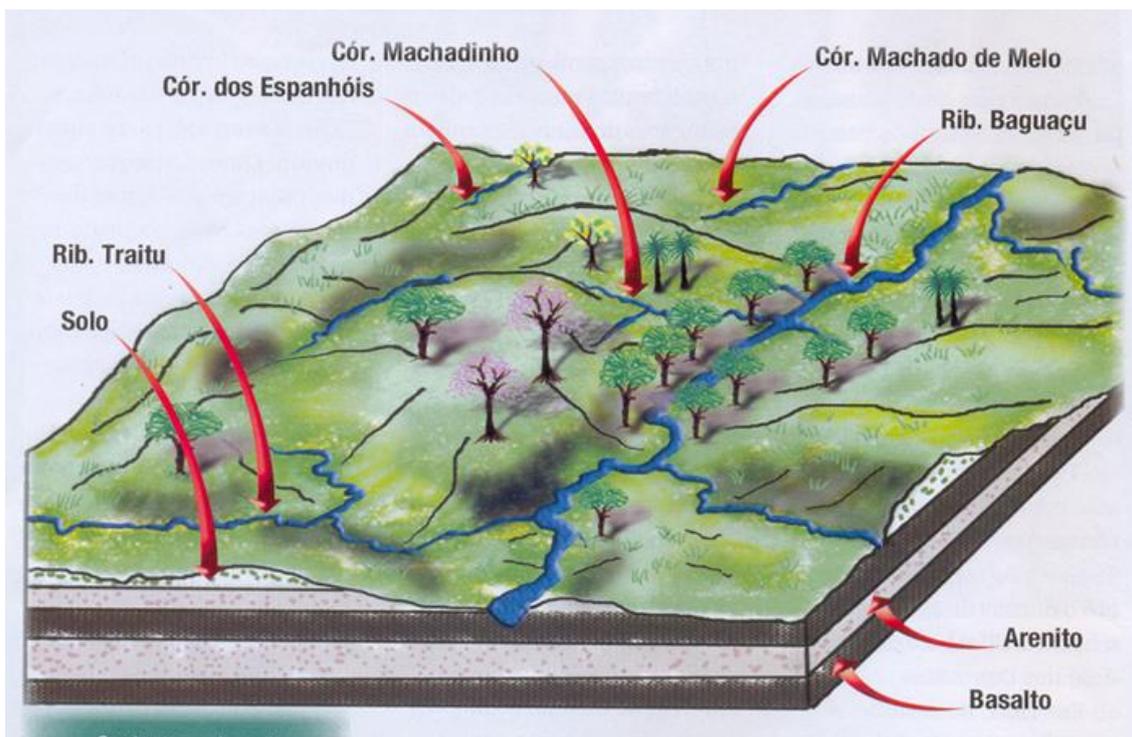


Figura 3 - Rio Tiete (principal rio da cidade de Araçatuba - SP) e seus afluentes. Fonte: Barbosa, 1970

5.3 – GEOLOGIA

O substrato geológico da cidade de Araçatuba compreende principalmente em rochas basálticas que segundo Barbosa (1970):

“está no domínio do capeamento arenítico-basáltico e pertence ao Planalto Ocidental, sendo os principais fatores responsáveis por sua estrutura geomorfológica os restos de uma cobertura sedimentar neomesozoica, que está restrita, justamente, à parte norte do Planalto, arenítico-basáltico; variações de espessura dos derrames de lavas; efeitos da tectônica concomitante e posterior ao vulcanismo” (BARBOSA, 1970)

Sendo assim a área que compreende o Beco da Esperança se caracteriza pela formação dos solos basálticos e argilosos decorrentes das outras eras geológicas que ajudaram a formar a geologia do local.

5.4 – PEDOLOGIA

Os solos da cidade de Araçatuba consistem principalmente na formação de latossolo vermelho escuro fase arenosa, que compõe 90% de todo o solo da cidade de Araçatuba, havendo ainda, mas em porcentagens menores, solos podsolizados e hidromórficos.

A região que compreende o córrego dos Espanhóis nos mostra uma variação curta dos tipos de solo, freqüente a inundação do solo, não só devido ao fato de estarem localizados em área onde há solo hidromórficos, mas também pela degradação ambiental causada no local. Assim Barbosa (1970):

os solos hidromórficos existem, principalmente, à margem do Rio Tiete, e em pequena largura às margens de outros rios, afluentes do Tiete, e ainda em regiões baixas e pantanosas, sendo solos mal drenados e encharcados (BARBOSA, 1970)

5.5 – CLIMA

Segundo Barbosa (1970) “Araçatuba está submetida aos centros que atuam sobre toda a América do Sul”. Os anticiclones permanentes e semifixos oceânicos são centros positivos, de origem dinâmica, associados a faixa de alta pressões subtropicais do hemisfério austral. A região está sob o domínio das seguintes massas de ar: Massa Tropical Atlântica (Ta), Massa Polar Atlântica (Pa), Massa Equatorial Continental (Ec) e Massa Tropical Continental (Tc).

A cidade ocupa uma zona de transição entre o regime do Brasil Central e o subtropical que caracteriza o Sul do País. Assim Araçatuba se caracteriza pela cidade do Planalto Ocidental de São Paulo que mais se aproxima do clima verdadeiramente tropical do Brasil Central. Assim suas temperaturas médias anuais estão acima de 22°C, sendo a média do mês mais

quente, acima de 24 °C, sendo o mês mais frio Julho com medias em torno de 16 °C (Barbosa 1970)

5.6 – VEGETAÇÃO

Na cidade de Araçatuba predominam as savanas e os cerrados, tendo como característica o grande espaçamento entre as árvores, sendo o solo coberto por gramíneas apresentando em media 30 a 50 centímetros de altura, embora fosse possível encontrar vegetação com ate 1 metro de altura as arvore apresentam de 3 a 5 metros de altura, com troncos e galhos retorcidos com copas irregulares. Segundo Barbosa (1970) “pode-se dizer que o cerrado era constituído de dois estratos distintos: um era rasteiro, formado pó gramíneas e leguminosas - e o outro, arbóreo – constituídas de espécies pequenas e retorcidas.

Contudo a topografia apresenta um pouco ondulado, tendo encostas de pouca declividade , sendo somente na beira de rios e depressões que se encontraria outros tipos de elementos, que segundo Barbosa (1970) “os capões e as matas de galerias que se acham ligadas à umidade maior existentes

5.7 – RELEVO

A cidade de Araçatuba caracteriza-se pela formação de relevos de bacias sedimentares. Devido ao fato de estar localizado junto a Bacia do Paraná, mais precisamente localizada no reverso da Cuesta de Botucatu, sendo o Tietê um rio conseqüente que atravessa a depressão periférica, transpondo a cuesta indo em direção ao centro da Bacia do Paraná.

Assim, o rio Tiete e seus afluentes compõe a drenagens das águas da região, o que modela o relevo de um certa forma que não há uma grande variação nas altitudes da cidade, estando entre 357 e 400 metros de altitudes. Observa-se então a Figura 4, onde está representada a localização do município de Araçatuba na bacia sedimentar do Rio Tietê.

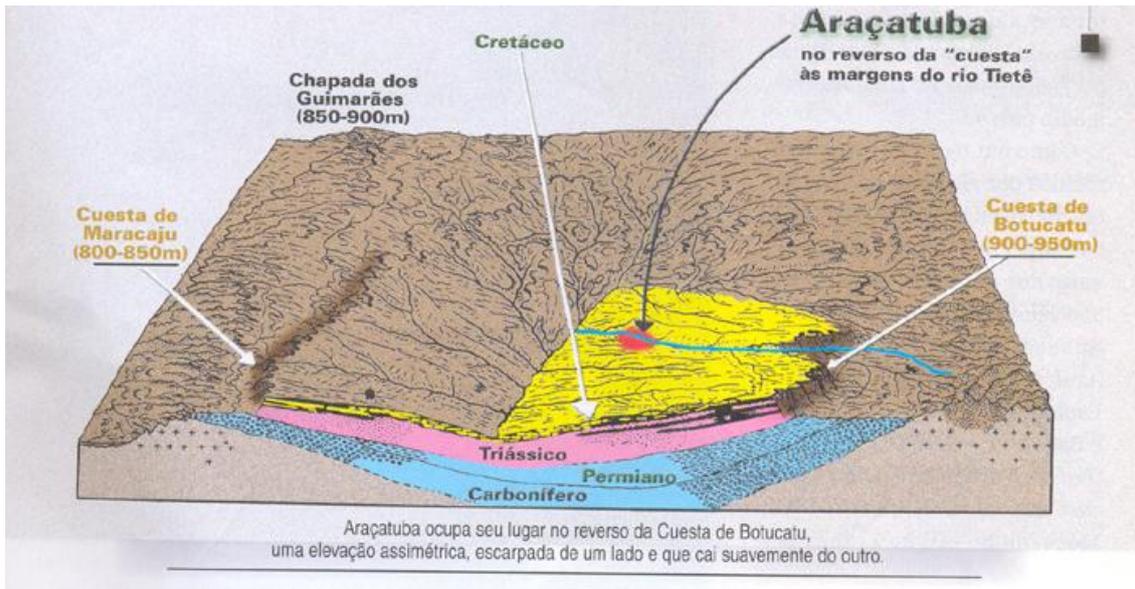


Figura 4 - Localização da cidade de Araçatuba na Bacia sedimentar do Rio Tietê. Fonte: Barbosa, 1970

6. RESULTADOS E DISCUSSÕES

6.1 – CARACTERIZAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA DOS MUTIRANTES

Através da caracterização sócio-econômica dos mutirantes, foi possível observar os processos pelos quais habitantes do Beco da Esperança sofreram durante 40 anos de espera por um novo local para morar. Vemos que de acordo com dados como faixa etária, profissão, sexo dentre outros que os motivos pelos quais os mutirantes se encontravam naquela situação vêm de processos passados, pelos quais os pais dos atuais moradores passaram.

Desta forma observamos na Figura 5 a porcentagem de crianças, adolescentes e adultos dentre os 117 beneficiários do projeto.

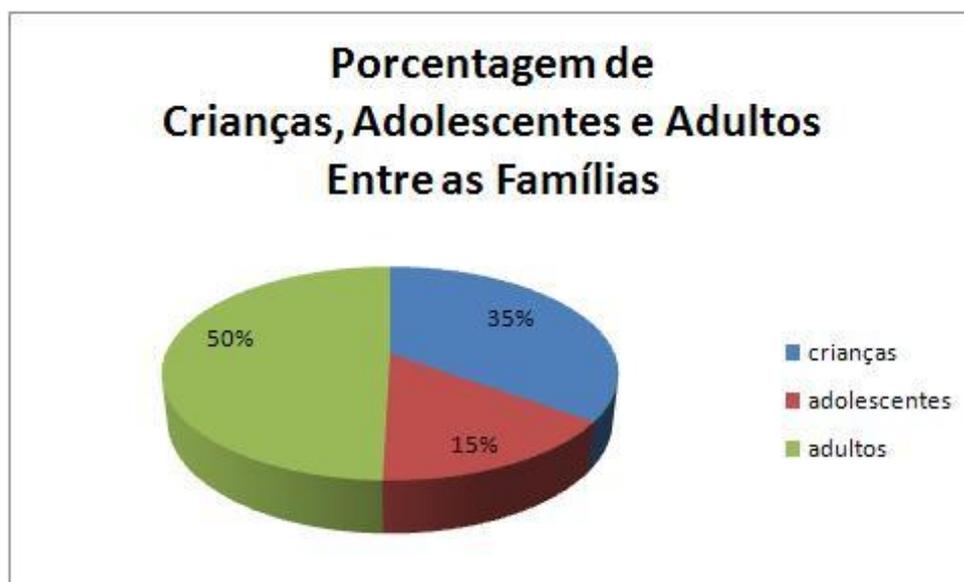


Figura 5 - porcentagem de crianças, adolescentes e adultos entre os 117 mutirantes

Vemos na Figura 8 que em sua maioria os mutirantes são adultos caracterizados entre a faixa de 18 a 40 anos de idade, o que nos mostra a alta porcentagem de crianças, dado ao fato dos adultos, em sua maioria, possuírem no máximo até 40 anos de idade. Fato é que o Beco da Esperança foi inaugurado em 1979 o que faz com que na atual situação os ocupantes sejam de pessoas que viverem o local quando crianças, ou seja, a mais o menos 40 anos atrás.

Nas figuras 6, 7 poderemos ver as faixas etárias mais comuns entre crianças, adolescentes e adultos e fazer uma sobreposição com os dados de porcentagem de crianças, adolescentes e adultos e traçar um paralelo com as idades mais predominantes. Desta forma temos:

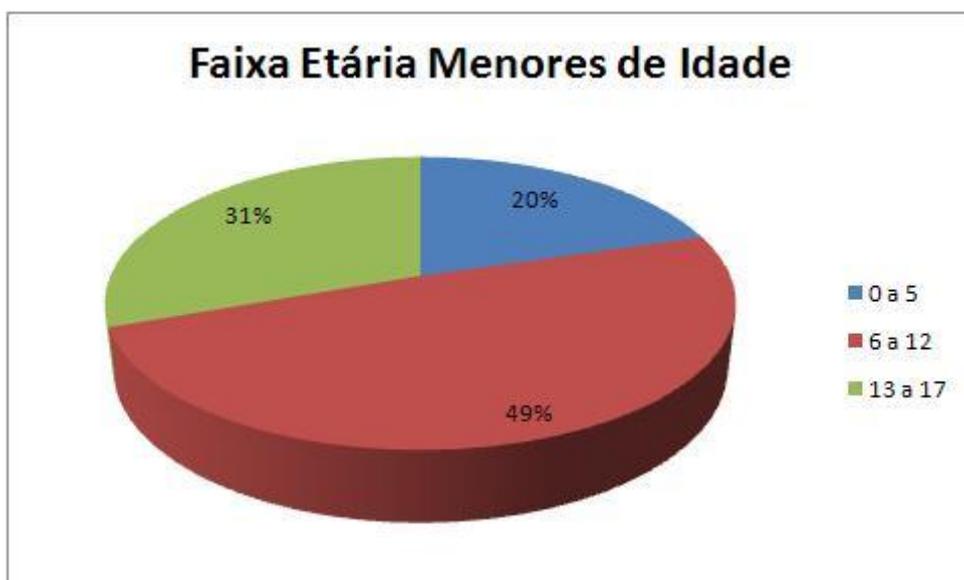


Figura 6 - Faixa etária dos menores de idade do Beco da esperança

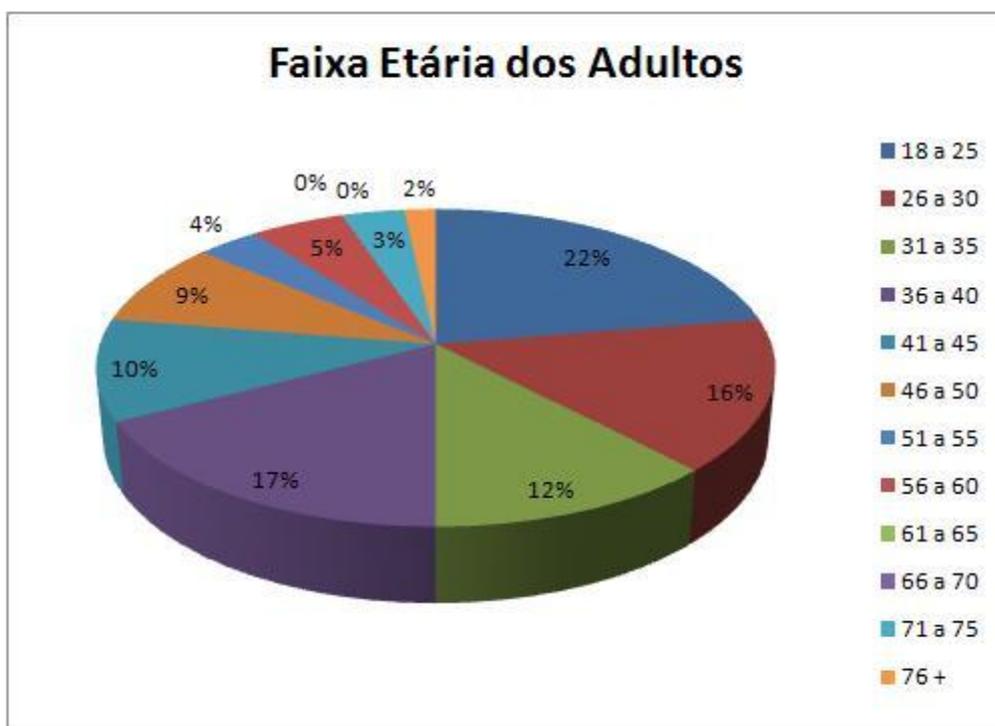


Figura 7 - Faixa etária dos adultos do Beco da Esperança

Como vimos a maioria dos adultos estão na faixa dos 18 aos 25, se estendendo até os 40 anos. A explicação nada mais é que, em épocas

passadas este agora adultos, eram as crianças que compunham o beco em 1979. Com o passar dos anos e a falta de infra-estrutura adequada, estas pessoas foram marginalizadas no local, onde ficaram desprovidos de saneamento básico, asfalto, luz e principalmente educação, o que fez com que eles se mantivessem no local pela falta de perspectiva futura, uma vez que não tiveram estudo de qualidade, muito menos empregos de qualidade.

Esta situação se perdurou durante 40 anos, cabendo a responsabilidade para a prefeitura que acabou não fazendo políticas de inclusão social para estas pessoas. Isto fica ainda mais evidente quando observamos as figuras 8 e 9, onde nos mostra o grau de escolaridade dos maiores e menores de idade:



Figura 8 – Grau de escolaridade das pessoas menores de 18 anos do Beco da Esperança

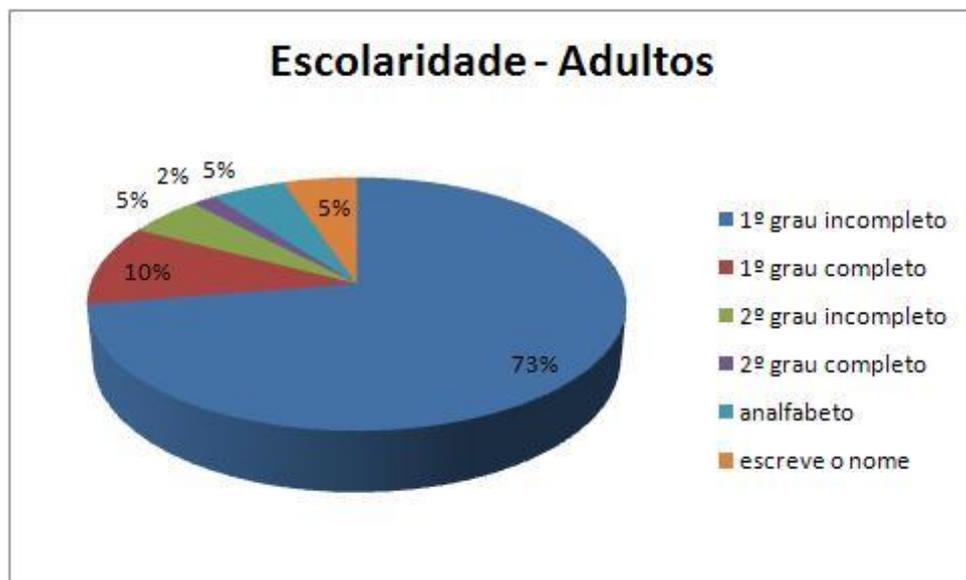


Figura 9 - Grau de escolaridade das pessoas maiores de 18 anos

Através das figuras 8 e 9 observamos que os problemas gerados no passado, são colhidos no presente. Assim, temos na maior parcela dos adultos um grau de escolaridade baixo, sendo que 73% dessas pessoas não completaram o 1º grau e 10% são analfabetos ou apenas sabe escrever o nome. Desta forma vemos em sua maioria, o adultos se viram na necessidade de trabalhar quando eram crianças, deixando a educação de lado, o que acarretou uma margem salarial menor, levando-os em sua maioria, para trabalhos braçais.

Ainda sobre o grau de escolaridade, podemos fazer um prognostico a respeito dos menores de 18 anos. Vemos que 68% não completaram o 1º grau, dado ao fato de em sua maioria não possuírem ainda nem 12 anos, contudo a melhora nas condições do novo bairro trouxe a eles a oportunidade de colocarem seus filhos em escolas, desta forma cria-se a idéia de que futuramente estas crianças poderão ter uma chance além das oportunidade tidas pelos seus pais, dado ao fato de se localizarem agora em um bairro melhor localizado, com equipamentos urbanos.

Seguindo, apresentamos a Figura 10, onde observa-se o que havíamos falado anteriormente, sobre as formas de trabalho. Em sua maioria, os mutirantes trabalham em trabalhos braçais, predominando entre as mulheres o serviço de domestica e entre os homens o serviço de roça, como vemos nas figuras:



Figura 10 - Profissões exercidas pelo mutirantes

Nesta figura vemos os efeitos causados pela falta de estrutura no passado, além da falta de inclusão social para com estas pessoas. Como dissemos anteriormente, a predominância dos trabalhos braçais se deve ao fato dos habitantes não possuírem estudo adequado, levando-os a se juntarem a mão-de-obra barata.

Seja homem ou mulher, observamos claramente a divisão dos chefes de famílias, onde vimos através da pesquisa como se divide o sexo dentre os 117 mutirantes. Os dois gêneros mostram destreza quanto a trabalhos braçais como o de doméstica para mulheres e trabalho em roça para homens. Assim, temos nas próximas figuras a classificação desta população quanto ao seu sexo, isto dentre as crianças, adolescentes e adultos (figuras 11, 12 e 13):



Figura 11 - Sexo das crianças que compõe o Beco da Esperança

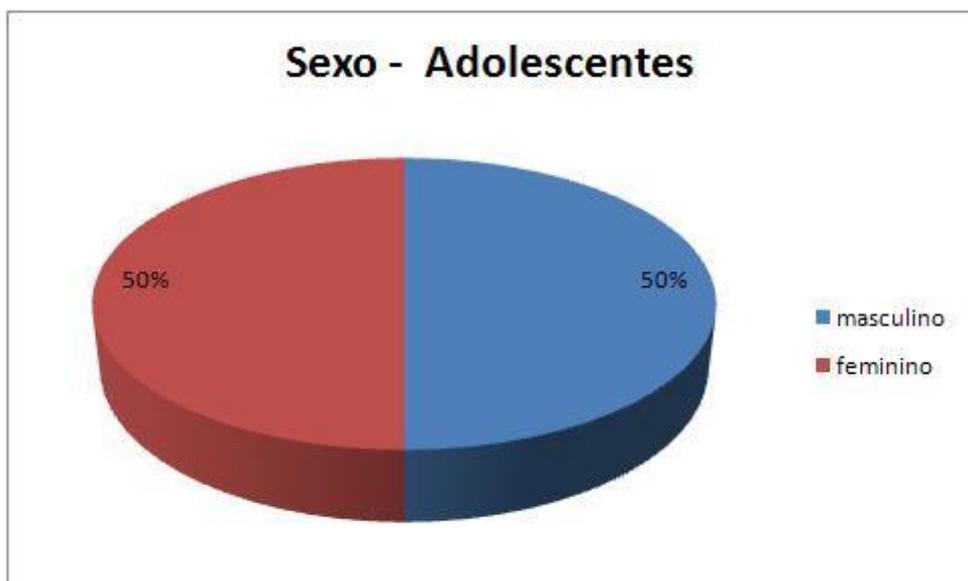


Figura 12 - Sexo entre os adolescentes que compõe o Beco da Esperança

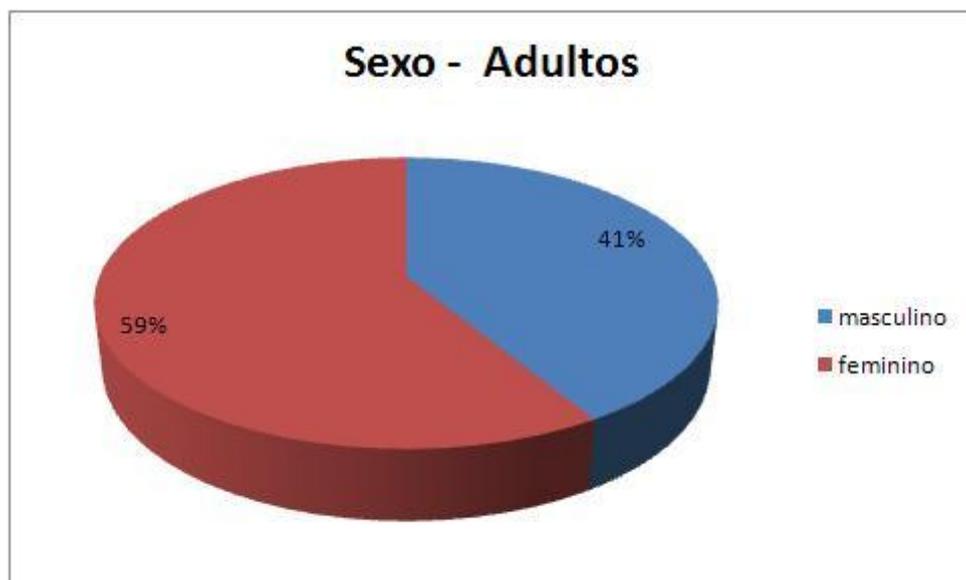


Figura 13 - Sexo dos adultos que compõe o Beco da Esperança

Nestas figuras procuramos entender como são as relações entre os sexos na comunidade. Foi possível ver que a predominância da mulheres (54%) trouxe ao gênero uma igualdade entre eles, dado o fato de serem pessoas ainda que acreditam na superioridade do homem. Vimos através de conversas com líderes comunitários que as mulheres são as grandes responsáveis pelas mudanças ocorridas durante os anos, tornando-as de suma importância para os mutirantes.

Somando-se todos estes fatos como, predominância de faixa etária, escolaridade profissão e até mesmo sexo, foi possível analisar alguns motivos que levaram essas pessoas a esta situação. A faixa etária torna esta população fora dos padrões de mão-de-obra especializada, o que os leva a empregos informais e de baixa renda, isto se dá pela falta de escolaridade, mostrada nas figura 8 e 9. E porque não lembrar da influência do sexo, uma vez que em sua maioria de mulheres, não podemos esquecer que o gênero sofre uma discriminação na sociedade tendo, em muito casos, salários mais baixos que os homens.

Aliados a fator renda mensal (Figura 14) e falta de infra-estrutura no passado, e equipamentos urbanos, trouxe um futuro não tão “gordo” a essas famílias que vivem com rendas mensais baixas, como explica o Figura 14:

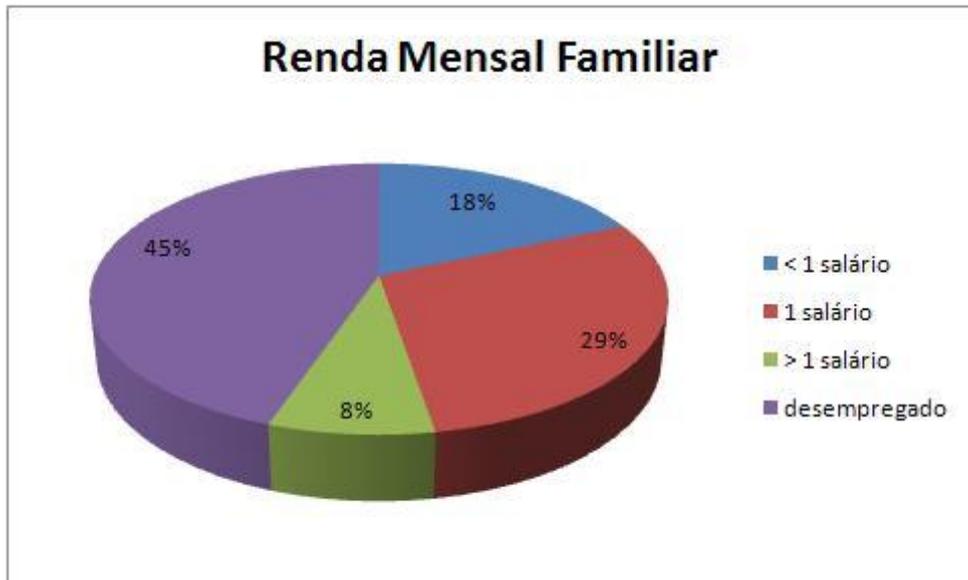


Figura 14 - Renda mensal das famílias quando viviam no Beco da Esperança

Vemos que quase metade dos mutirantes (45%), estavam desempregados quando residiam no Beco da Esperança, onde buscavam renda através de empregos informais, como catadores de lixo reciclável e até “bóia-fria”. A explicação veio pelo motivo de não possuírem de fato uma casa, vivendo a margem da sociedade, em um local desconhecido pelo resto da população de Araçatuba, o que de certa forma gerava um preconceito por parte do setor privado e por parte dos próprios mutirantes.

Ainda em uma última Figura (Figura 15) a situação civil dos mesmos. Contudo observamos na Figura 16 que mais da metade da população se encontra solteira (68%), contudo os dados a respeito do número de crianças são altos (41 crianças), mostrando mais um grave problema da comunidade, o abandono de esposas e filhos por parte dos maridos:

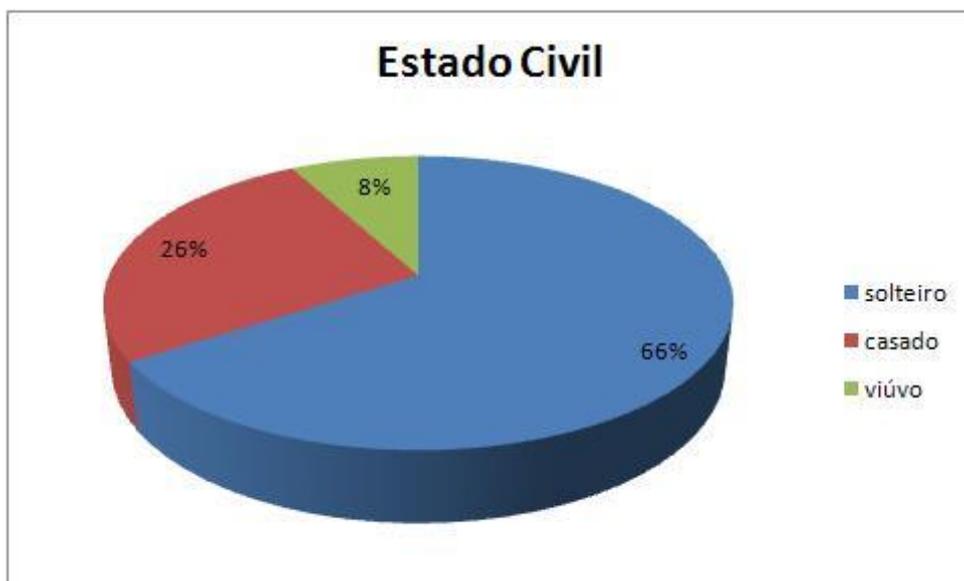


Figura 15 - Estado civil dos habitantes do Beco da Esperança

Desta forma vemos na Figura 15, mais um grave problema da sociedade expresso nas 38 famílias. Em consequência podemos prognosticar a melhoria na qualidade de vida, dada as condições atuais que o Condomínio Vitória ira lhes proporcionar, podemos dizer que parte deste problema será sanado, uma vez que uma infra-estrutura melhor para consolidação de famílias, será entregue a eles.

6.2 – ASPECTOS LEGAIS SOBRE A REMOÇÃO DAS FAMÍLIAS

As áreas vistoriadas para o estudo deste trabalho compreende, primeiramente, na área que esta inserida o Beco da Esperança, mais precisamente localizado no Bairro TV na cidade de Araçatuba – SP nas coordenadas 21° 10' 50.60''S e 50°27' 29.57''O (Figura 16).

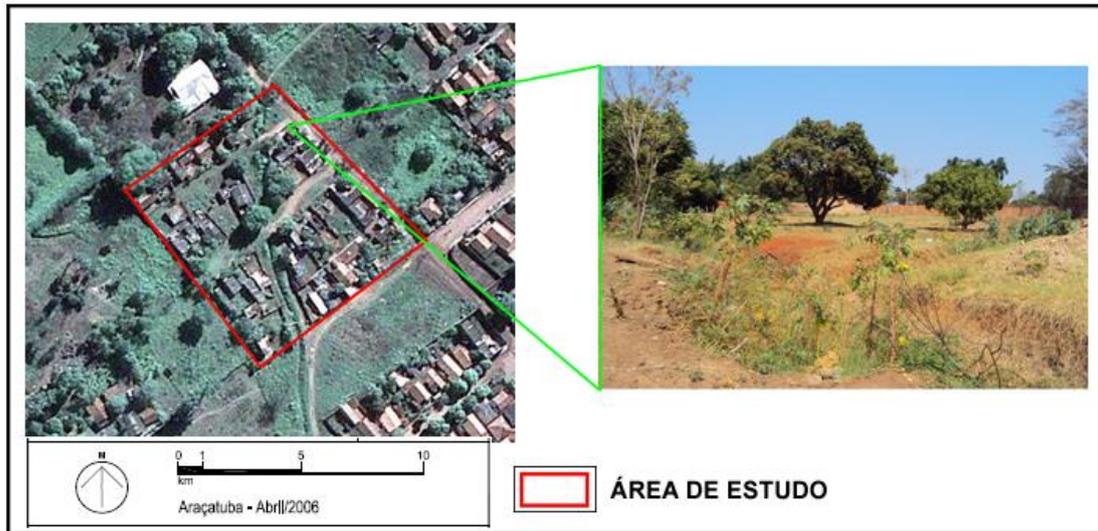


Figura 16 - Imagem aérea e foto da área que compreende o Beco da Esperança

Em seguida mostramos a localização da área atualmente ocupada pelas famílias removidas. Assim a área se localiza mais precisamente no Bairro Roseli na cidade Araçatuba nas coordenadas $21^{\circ} 10' 50.45''S$ e $50^{\circ} 27' 39.93''O$ (Figura 17).



Figura 17 - Imagem aérea e foto da área que compreende o Condomínio Vitória

Foi possível qualificar as áreas escolhidas para o estudo, de acordo com sua localização em consideração no Plano Diretor do município de Araçatuba. Assim, identificamos as formas legais pelo qual se passou o processo (Figura 18 e 19)

A princípio, identificamos a área que corresponde ao Beco da Esperança, área esta que se localiza, segundo o Plano Diretor de Araçatuba, em uma área de Qualificação Urbana na subdivisão Zona 2 (Zona de Ocupação Condicionada – Figura 18).

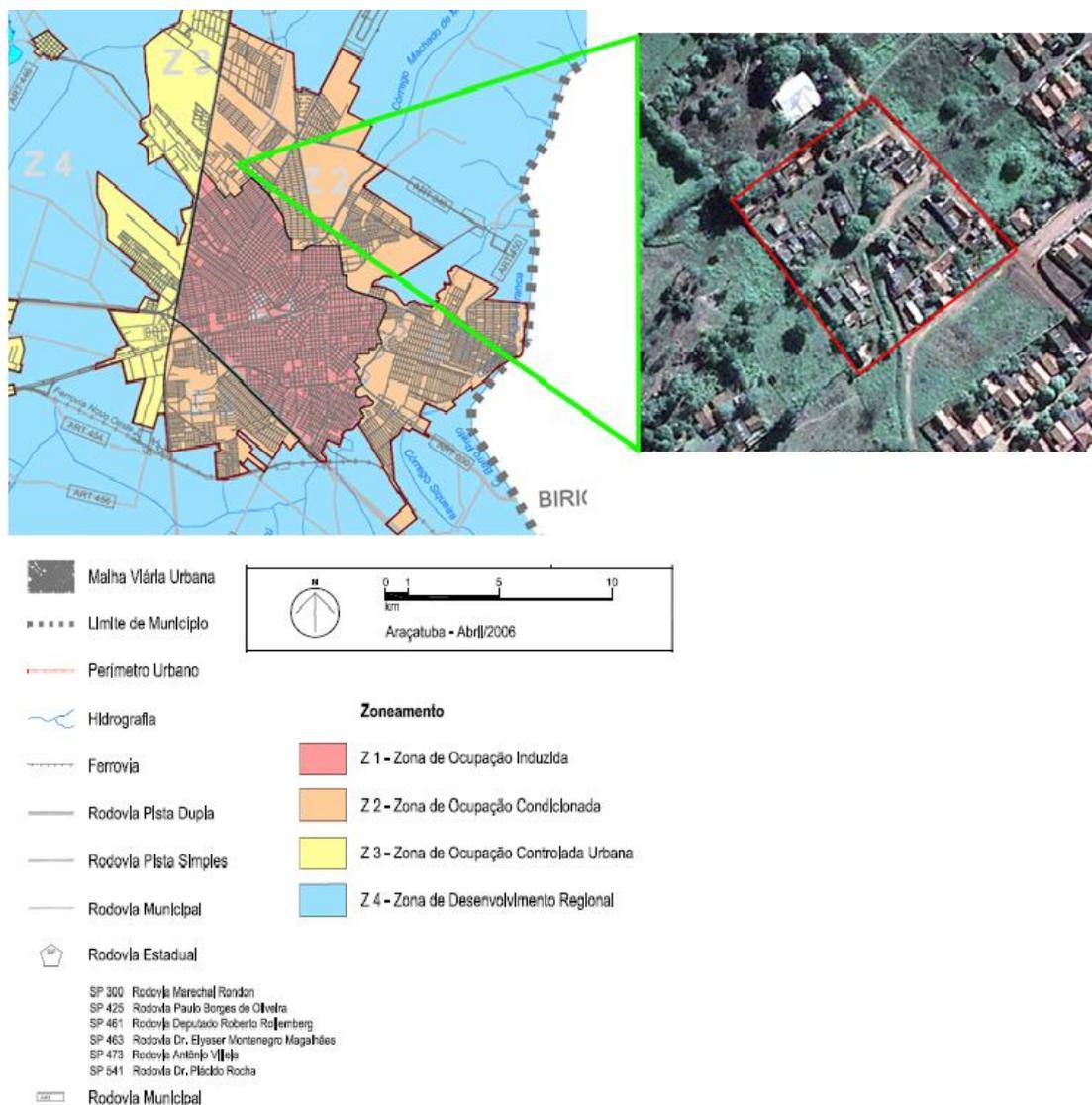


Figura 18 - Comparação da localização do Beco da Esperança com o mapa de macrozoneamento do Plano Diretor de Araçatuba. Fonte: Plano Diretor de Araçatuba

Desta forma temos a Seção II da Lei Complementar nº168 de 6 de outubro de 2006, o item que destaca este tipo de ocupação mostrado na Figura 19 deve seguir o seguinte padrão:

Art. 26. A Zona de Ocupação Condicionada – Zona 2 é composta por áreas com predominância de uso misto do território e com grande diversidade de padrão ocupacional

Art. 27. A Zona de Ocupação Condicionada – Zona 2 apresenta as seguintes características:

I - fragmentação e descontinuidade do sistema viário;

II – presença de áreas com carência de infra-estrutura urbana;

III – ocorrência de bolsões com deficiência de áreas públicas ou de equipamentos públicos;

IV – ocorrência de bairros que exigem a transposição de barreira da mobilidade urbana em razão da Rodovia Marechal Rondon – SP-300;

Art. 28. *A Zona de Ocupação Condicionada - Zona 2 tem como diretrizes:*

I – recuperação urbana, social e ambiental;

II – promover as medidas necessárias para assegurar as condições urbanísticas e ambientais adequadas, visando a equacionar os conflitos de uso e ocupação do solo;

III – respeitar os usos consolidados;

IV – promover a diversidade de uso e de padrão social para atrair comércio, serviços e atividades que gerem emprego e renda;

V – prover áreas infra-estruturadas para uso de habitação popular;

VI – adequar o sistema viário urbano nas regiões de morfologia fragmentada;

VII – adequar a transposição da Rodovia Marechal Rondon – SP-300;

VIII – adequar o sistema de drenagem;

IX – estabelecer que os novos parcelamentos garantam o provimento da infra-estrutura de acordo com o impacto que sua implantação acarrete nas imediações, além das exigências previstas na legislação que trata do parcelamento do solo.

Parágrafo único. *Ficam enquadrados na Zona de Ocupação Condicionada - Zona 2 os perímetros delimitados no Anexo – Mapa 30 desta Lei.*

Passando para a segunda área (Figura 19), percebemos que a remoção feita foi de acordo com a disponibilidade das Áreas de Interesse Social, que são áreas utilizadas para expansão territorial a cidade, principalmente para construção de habitação. Temos então, o Condomínio Vitória (Bairro Roseli) da seguinte forma (Figura 19):



Figura 19 - Comparação da localização do Condomínio Vitória com o mapa de Áreas de Especiais Interesses do Plano Diretor de Araçatuba. Fonte: Plano Diretor de Araçatuba

Temos então na Seção VIII da Lei Complementar nº168 de 6 de outubro de 2006, sobre as Áreas de Interesse Social (Figura 20):

Art. 59. *As áreas especiais de interesse social são porções do território destinadas a proporcionar condições de moradia à população de baixa renda, classificadas em AEIS 1 e AEIS 2.*

Art. 60. *As Áreas Especiais de Interesse Social 1 são as áreas identificadas nos perímetros delimitados no Anexo – Mapa 32 desta Lei*

Art. 61. *As áreas definidas como AEIS 1 são aquelas ocupadas por populações de baixa renda, abrangendo ocupações espontâneas, loteamentos irregulares ou clandestinos, carentes de infra-estrutura urbana e social, na qual se pretende a implementação de programas habitacionais, podendo contemplar:*

I – reurbanização;

II – remoção com reassentamento;

III – regularização urbanística, física e fundiária;

IV – recuperação de imóveis degradados;

V – provisão de infra-estrutura, equipamentos sociais e culturais;

VI – espaços públicos qualificados, serviços e comércio de caráter local.

Art. 62. *As áreas definidas como AEIS 2 são compostas por empreendimentos de iniciativa pública ou órgão institucional, já constituídos ou em implantação, destinados às habitações de interesse social, dotados de infra-estrutura e de serviços urbanos ou que estejam recebendo investimentos dessa natureza.*

Art. 65. *Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a regularizar os assentamentos em AEIS 1, cujas ocupações não apresentem riscos, ou, quando couber, reassentar a população moradora em outras áreas.*

Art. 66. *O empreendimento destinado a regularizar loteamentos, favelas e ocupações de áreas públicas ou privadas deverá ser precedido de plano de urbanização específica de interesse social.*

Art. 67. *O plano de urbanização para cada área especial de interesse social – AEIS será estabelecido por lei municipal, após manifestação do Conselho Municipal de Planejamento, e deverá prever:*

I – índices e parâmetros urbanísticos para o parcelamento, uso e ocupação do solo, respeitadas as normas básicas estabelecidas nesta Lei;

II – forma de participação da população na implementação e gestão das intervenções previstas;

III – fontes de recursos para a implementação das intervenções;

IV – plano de ação social que envolva a qualificação profissional, a geração de renda e o resgate da cidadania.

§ 1º. *Deverão ser constituídos em todas as AEIS Conselhos Gestores compostos por representantes dos atuais ou futuros moradores e do Poder Executivo, que deverão participar de todas as etapas do Plano de Urbanização e de sua implementação.*

§ 2º. *Os proprietários de lotes ou glebas e as entidades representativas dos moradores de AEIS poderão apresentar ao Executivo propostas ao Plano de Urbanização de que trata este artigo.*

§ 3º. *Para a implementação dos planos de urbanização das AEIS poderão ser utilizados recursos do Fundo Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano, com parecer do Conselho Municipal de Planejamento.*

Art. 68. *O plano de urbanização específica de interesse social deverá possibilitar:*

I – a preservação, no que couber, das características locais dos assentamentos, garantidas as exigências técnicas mínimas necessárias à execução de unidades habitacionais, da infra-estrutura básica e circulação de pedestres e veículos;

II – a regularização urbanística, física e fundiária;

III – a garantia da participação efetiva da comunidade envolvida e o usufruto da valorização urbanística;

IV – recuperação de áreas de preservação permanente (APP).

Art. 69. *O plano de urbanização específica de interesse social deverá definir e estabelecer, no mínimo, os seguintes parâmetros técnicos:*

I – dimensão da moradia, do lote mínimo e do lote padrão, em função da especificidade da ocupação já existente;

II – larguras, declividades e dimensionamento das vias de circulação internas do assentamento, garantindo a circulação de veículos, de transporte coletivo e de carga em pelo menos uma via, com distância compatível para acesso dos moradores;

III – dimensionamento das áreas públicas;

IV – índices e parâmetros urbanísticos de ocupação do solo.

6.3 – REVITALIZAÇÃO DA ÁREA DO BECO DA ESPERANÇA

O processo de revitalização da área se fez necessário, dado ao fato da área se enquadrar fisicamente em uma Área de Proteção Ambiental. Foram feitos trabalhos de recomposição da área com o plantio de mudas pioneiras e não pioneiras no local, de acordo com o projeto Araçatuba Mais Verde proposto pela empresa privada UNIMED e com ajuda de levantamentos feitos pela DAAPA (Departamento de Agricultura, Abastecimento e Proteção Ambiental).

O projeto foi lançado no ano de 2001, e tinha como justificativa a responsabilidade da vegetação quanto a diminuir impactos ambientais como a formação de ilhas de calor, as enchentes, a poluição visual além de melhorar a qualidade do ar. Simplificadamente o projeto explica que quando chove, a cobertura vegetal ameniza o impacto da água no solo, amortecendo os pingos da chuva, pois esta bate na copa das arvores e parte escorre pelo caule, parte infiltra no solo e parte dessa água é devolvida pela natureza, através da evapotranspiração, o que permite que a umidade relativa do ar seja maior, diminuindo o numero de dias de ar seco e de pessoas com doenças respiratórias, além de abastecer os lençóis freáticos.

Dado os objetivos, observa-se o conteúdo proposto pelo projeto, salientando a participação populacional das comunidades, além de parceiros privados na ajuda do financiamento do projeto, delegando as funções mais uma vez as funções que as árvores trazem para o sistema, além de locais de distribuição; como, quando e o local em que plantar; cuidados após o plantio.

Desta forma, junto a DAAPA, fizeram um levantamento qualitativo (amostragem) e quantitativo (censo), para a definição correta das árvores segundo: espécie, adaptação, dimensão, natureza do sistema radicular, velocidade de crescimento, entre outros. Assim, a DAAPA durante o primeiro semestre do ano de 2009, realizou diversas atividades, dentre elas o levantamento dos córregos da cidade, com o intuito de dar um diagnóstico da situação atual dos mesmos. Foi possível assim, observar que a maioria dos córregos da cidade está desprovida de mata ciliar, o que causa um desequilíbrio ecológico das áreas (foi identificado o Córrego dos Espanhois, desaguando no rio Tiete).

A respeito do projeto ter chegado ao Beco da Esperança, podemos dizer que a forma de ocupação irregular que ocorria no local, causava alta degradação das nascentes do Córrego dos Espanhois, uma vez que todo o lixo produzido pelos moradores do local corria em direção a baixa vertente. Fato foi que, com a identificação do problema, a prefeitura começou um processo de remoção dessas famílias para uma área urbana, deixando como legado na antiga área, uma recomposição vegetal da antiga área.

A Prefeitura Municipal, junto a UNIMED, voluntário e outros parceiros privados, fizeram uso do projeto elaborado pela UNIMED, para que se fizesse a revitalização da área degradada. Mais especificamente a idéia era criar no local uma “pequena floresta”, isto segundo o chefe de serviço da Divisão de Proteção Ambiental (DPA), Jorge Hector Rozas.

Com esse objetivo em mãos, a área antes ocupada por 38 famílias, recebeu 700 mudas de 36 espécies, dentre elas as espécies goiabeira, ipês, aroeiras, pimenteiras e mongubas. Ainda segundo Rozas, houve uma mobilização grande da população, uma vez que participaram deste

ato ONGs como Poluição Zero, Clube da Arvore, Instituto Maués, além de voluntários e servidores públicos.

Com a contribuição da Prefeitura e parceiros, o projeto trouxe ao local um ar de revitalização, dado o fato de terem sido concluídas os planos de plantio recentemente, observa-se na área uma reestruturação do ecossistema do local, uma vez que as plantas trazer melhor qualidade do ar diminuem o risco de erosão no local, e trazem uma fauna silvestre mais diversificada dado ao fato de terem sido expulsas do local pela falta de conscientização ambiental dos ocupantes do local.

Com base nos artº 23 e artº 24 da Lei nº 4783 de 10 (Lei de Arborização) de maio de 1996, que “disciplina a arborização no Município de Araçatuba e dá outras providencias” temos e na Figura 20 as arvores replantadas na área que compreende o Beco da Esperança:

Artº 23

- a fiscalização e aplicação das normas desta Lei nas áreas urbanas, é de competência do município, atuando o estado e a União supletivamente

- Parágrafo Único – o poder municipal determinara o órgão responsável pela fiscalização desta Lei podendo ainda criar os serviços indispensáveis.

Artº 24

- O executivo municipal fica autorizado a celebrar termo de cooperação com pessoas jurídicas de direito público ou privado, objetivando a colaboração com o Poder público municipal nos serviços de manutenção/conservação da arborização em vias e logradouros públicos, parques, jardins, praças e demais espaços livres, sendo que esta medida não implicará em cessão a qualquer título dos referidos bens e deverá ocorrer sem ônus para o municípe.

- Parágrafo Único – para fins de execução das medidas previstas no “caput” deste artigo as pessias jurídicas de natureza publica ou privada, deverão obedecer as seguintes exigências:

- conveniar-se com o município de Araçatuba para os devidos fins;

- que a implantação de melhorias sejam feitas em áreas de domínio publico;

- que sejam obedecidas todas as normas e regulamentos fixados pelos órgãos competentes.



Figura 20 - Área de revitalização do Beco da Esperança, nota-se o cercado para impedir a passagem de pessoas e animais

6.4 – QUALIDADE DE VIDA SEGUNDO QUESTIONÁRIOS APLICADOS

Para analisar se houve ou não melhoria na qualidade de vida dos mutirantes, ao se mudarem para seu novo lar (Condomínio Vitoria), foi feito uso das respostas obtidas no questionário aplicado (Anexos), onde foi levantado questões não apenas sociais, mas também estruturais, dado o fato de terem morado em um local onde não havia a mínima infra-estrutura. Em conversas com os mesmos observam-se as condições pré-existentes em comparação com a situação atual.

Desta forma foi analisado, desde a melhoria na renda mensal familiar, até seu conhecimento quando ao novo espaço ocupado, lhes questionando a respeito dos equipamentos urbanos que eles passaram a possuir ao se mudarem para um bairro melhor localizado, desta forma observamos na Figura 21 a mudança na renda mensal da família:

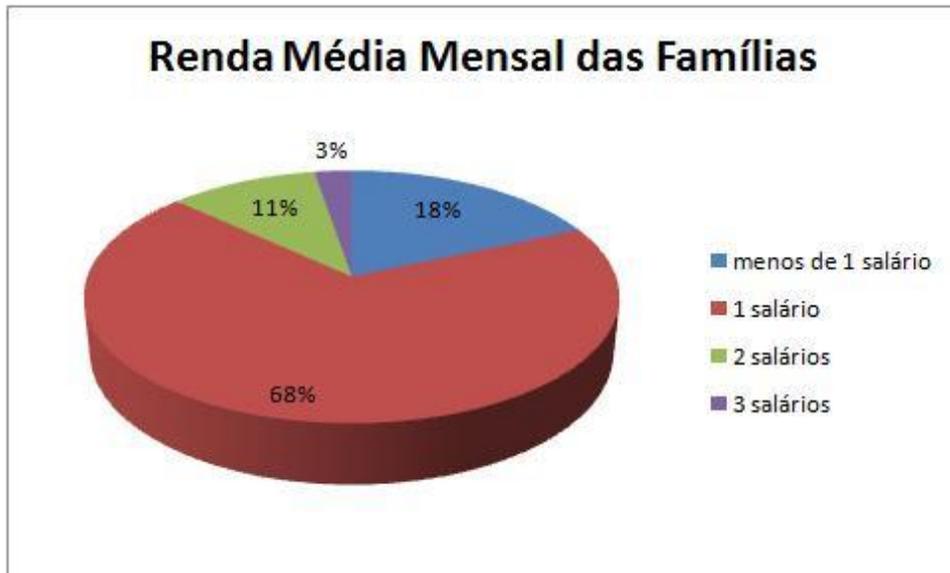


Figura 21 - Renda mensal atual das famílias

Como observamos, grande parte das famílias (97%) passaram a ganhar ao menos 1 salário. Para uma população que era de quase metade de desempregos (45%), o avanço é considerado bom, sendo bem expresso ao se verificar que pelo menos um integrante de cada família tem um emprego formal, o que no passado era difícil, pelo fato de “não terem um endereço” acabavam no emprego informal em sua maior parte como catadores de recicláveis.

Os próprios moradores, em sua maioria, avaliam suas antigas casas como ruins, por uma série de fatores, assim em comparação com as novas moradias, vemos na Figura 22 sua insatisfação quanto as antigas moradas. Foi perguntado como eram as antigas casas em comparação com as novas casas, onde foi observado em conversas seu descontentamento com as enchentes que assolavam aquela área, dado ao fato de que se localizava em uma baixa vertente.

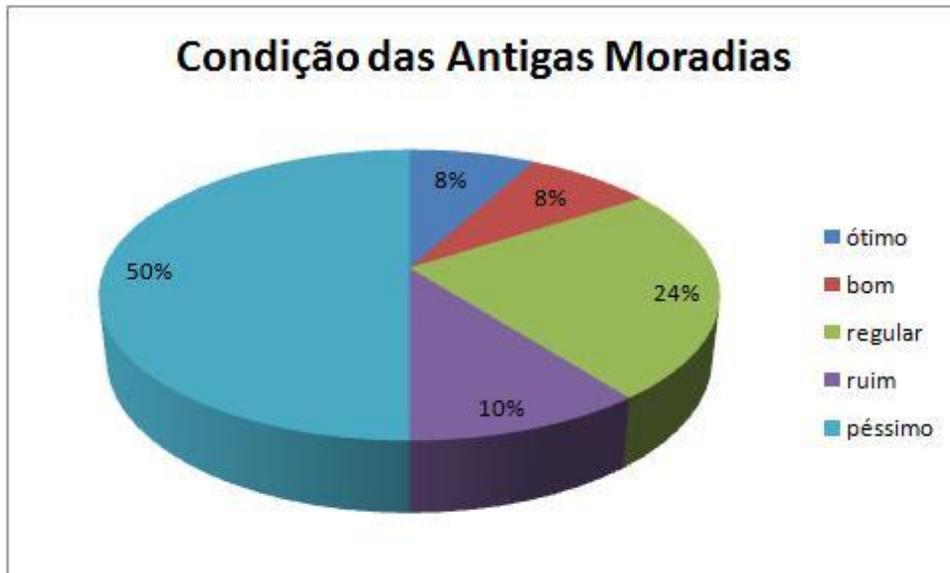


Figura 22 - Condição das antigas moradias na avaliação dos multirantes

É fato que uma resposta desta forma já daria para compreender a situação vivida pela família, porém ainda em conversas ressaltamos alguns aspectos quanto à qualidade de vida dessas pessoas, lembrando que não apenas o problema estrutural dessas pessoas haveria de ser resolvido, mas também os aspectos sociais e de relação com a nova comunidade.

Vemos então na Figura 23 a comparação dos moradores, sobre a moradia antiga em relação à nova, observando se houve alteração nas relações familiares e vimos que não só melhoraram como também ajudou, pois problemas internos antes gerados por discussões a respeito da condição ou estado de má conserva da casa que eram constantes entre os familiares no antigo beco. Além disso houve melhora no sentido de que o condomínio proposto foi feito em forma de mutirão, ou seja, os próprios moradores do Beco da Esperança se organizaram e ajudaram na construção das casas, tendo curso no trabalho e aulas de alongamento, o que gerou uma certa união entre este grupo de pessoas.

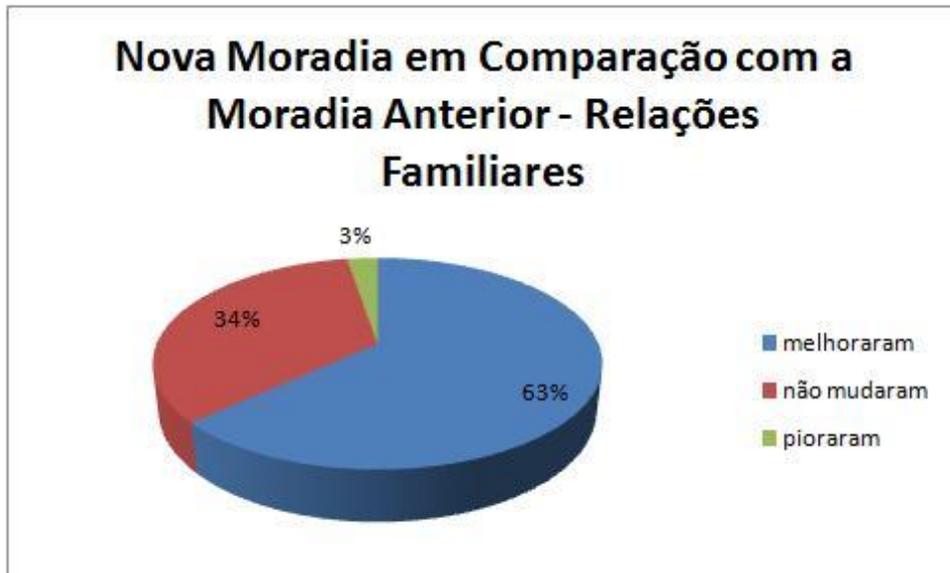


Figura 23 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações Familiares

Através de outros questionamentos, chegamos às melhorias nas relações entre as vizinhanças (Figura 24), seja dentro do condomínio, seja no novo bairro. Assim, foi possível obter varias reclamações e discussões, fato é que boa parcela ainda tem disputas internas, que chegam ate ser políticas, por isso pensam não ter mudado muito. Contudo a maioria acha que houve melhoria, dado ao fato de ser um bairro bem populoso, onde eles tiveram a oportunidade de trocar experiências (Figura 24).



Figura 24 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Relações de Vizinhança

Contudo ao se tratar de melhoria na saúde, acesso ao trabalho e segurança, os mutirantes acreditam não ter havido grandes mudanças (figuras 25, 26 e 29). Porém se formos não apenas olhar o maior valor na Figura 25 veremos que a respeito da melhoria na condição de saúde, uma grande parcela acredita ter ocorrido melhoria. Fato é que em conversas, para os mutirantes hospitalares, é sinônimo de saúde, observando que muitos deles ainda acreditam nessa melhoria, principalmente pelo fato de não terem que enfrentar mais as enchentes em épocas de chuva, que são muito propensas a espalharem doenças.

Já o acesso ao trabalho, obtivemos um empate, isto porque a distância para o trabalho (Figura 26) aparentemente não mudou pelo fato da nova localização ser também um bairro afastado da cidade, o que gera certo tempo aos mutirantes para que possam se locomover até seus trabalhos, porém eles lembram que agora possuem transporte coletivo na porta de sua casa, fato que não ocorria antes no beco. Outro fator que colocamos em comparação, foi à questão da segurança (Figura 28), que segundo eles não houve tanta melhoria assim, por acharem que o bairro oferecido ainda é perigoso, com altos índices de criminalidade. Temos então as figuras 26, 27 e 28:

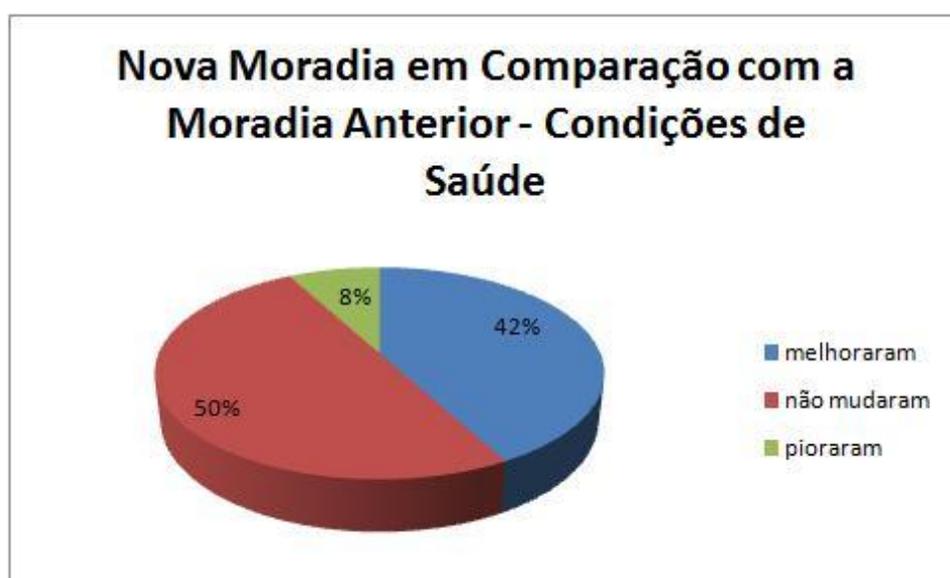


Figura 25 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Saúde

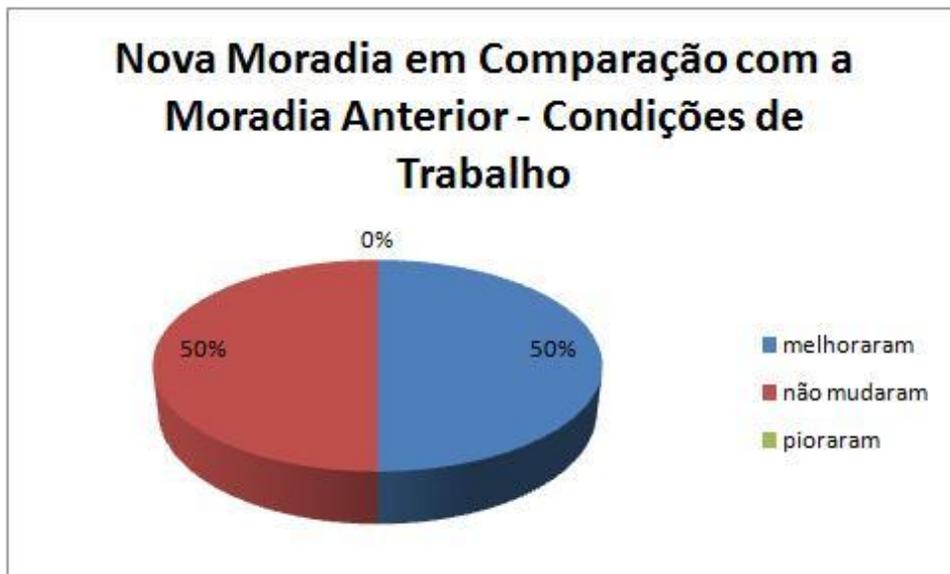


Figura 26 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Trabalho

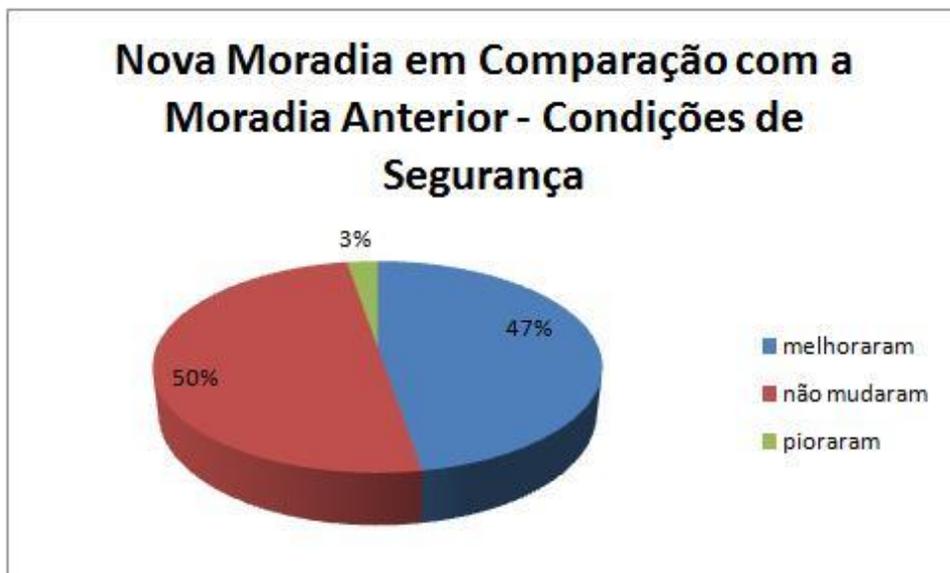


Figura 27 - Nova moradia em comparação com a antiga morada, no que diz respeito a melhoria ou não das Condições de Segurança

Ao debater com estas questões, foi observado que de certa forma as condições dos mutirantes se tornaram melhores, porém ainda há muitas coisas a serem resolvidas. É bom lembrar que este é um projeto para habitação de interesse social, ou seja, teve grande participação dos mutirantes, junto às assistentes sociais e os planejadores, no sentido de analisar junto com a população a melhor estratégia para o projeto, ouvindo opiniões dos mutirantes sobre assuntos como: local de remoção, metros quadrados das casas, observações quanto a lugares que apenas eles conhecem, como deve ser investido o dinheiro do projeto, dentre outras coisas, que deveriam ter sido

explicadas e perguntadas aos mutirantes, como forma da participação por interesse social, completando este ciclo de planejamento.

Foram questionados em dois momentos, sobre o conhecimentos dos mesmo para com as atividades promovidas durante o processo (figuras 28 e 29). Contudo foi possível ver que grande parte deles (95%) se interou sobre as atividades promovidas e foram muito úteis no processo como um todo, fazendo uma avaliação positiva dos trabalhos realizados (Figura 29), lembrando que esta é a melhor aproximação entre a população e seus direitos, uma vez que a esfera municipal permita que sua população opine sobre certos assuntos, resgatando o engajamento político que a população deve ter. Temos então na Figura 29 o conhecimento dos mutirantes para com as atividades promovidas:



Figura 28 - Conhecimento sobre a realização e participação dos mutirantes no processo de remoção



Figura 29 - Avaliação dos mutirantes para com as atividades promovidas durante o processo de remoção das famílias

Com as atividades promovidas, foi de incumbência dos moradores junto aos responsáveis da prefeitura, a escolha da localização da área, dentre as caracterizadas por serem áreas de interesse social. Testamos seu conhecimento para com a localização não apenas do bairro, mas também do condomínio, que fica em uma parte externa do bairro (figuras 30, 31 e 32).

Observamos seu conhecimento quanto a distancia dos equipamentos urbanos, tais como escolas publicas, posto de saúde e áreas de lazer (Figura 30, 31 e 32). Desta forma foi possível observar sua principal preocupação quanto à localização da escola publica (Figura 30) e a forma de locomoção para tais, foi visto então uma grande parcela acreditar estarem em um bom local, pelo fato não só de haver escolas menores e creches no bairro, mas também pelo transporte publico que passa na frente do condomínio, porem desconhecem qualquer tipo de área de lazer no bairro (Figura 31), os poucos que conhecem dizem fazer parte de uma “turma de futebol” que joga bola em um local um pouco mais distante do condomínio. Porém o que se vê mais em reclamações é a falta de posto de saúde próximo, tendo que haver grandes deslocamentos, para que se possa ter atendimento (Figura 32).

Foi observado então que o bairro em todo seu entrono, sofre carência em vários aspectos, não apenas com postos de saúde, mas também com certo descuido com o asfalto e muitas sarjetas sem boca de lobo. O

Condomínio Vitoria tem coleta seletiva de lixo, contudo o restante do bairro não possui. Então ao se tratar do bairro vemos que são problemas não só da administração atual, mas também das anteriores, e a forma como eles aprenderam com sua historia de vida, fazem com que eles garantam que vão reivindicar e tentaram a construção de uma unidade de saúde no bairro. Veremos abaixo as figuras 30, 31 e 32 citadas anteriormente:



Figura 30 - Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Escolas Publicas



Figura 31 - Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Locais de Lazer

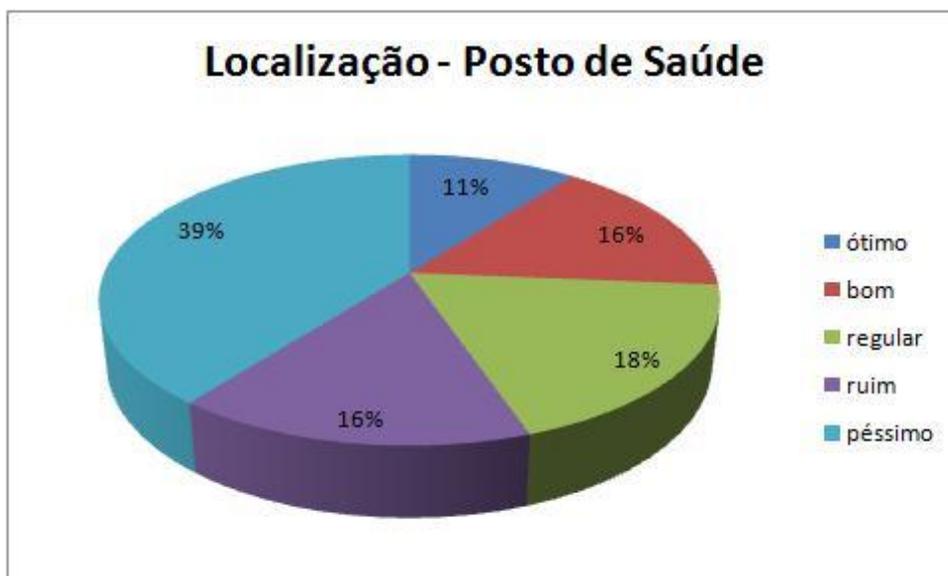


Figura 32 - Conhecimento da localização dos equipamentos urbanos do bairro - Posto de Saúde

Houve então melhoria na qualidade de vida dos moradores, seja psicologicamente, seja socialmente, seja qualitativamente, essas pessoas sofreram alterações nas suas vidas, tornando-as mais capazes de buscarem seus direitos cumprindo com seus deveres, assim obtiveram conhecimento, conversaram, participaram e conseguiram uma casa própria, muito mais bem localizada, distante de acontecimento naturais que poderia se tornar um problema.

Para finalizar ainda foi visto mais três questões. Primeiramente analisamos não seu conhecimento sobre a localização do condomínio, mas sim seu conhecimento sobre o bairro em si, observando sua noção de distancia quanto à necessidade.

Então seu conhecimento sobre o novo local é mostrado nas figuras 33, 34, 35, 36 e 37, que representam a verdade quanto à opinião dos mutirantes, quanto ao seu conhecimento do Bairro Roseli. Ao investigar vimos que este conhecimento sobre as necessidades do bairro vem de “freqüentes” reuniões (Figura 38) que os moradores realizam entre eles, principalmente os seus líderes que são mais engajados com a política. Contudo esta “freqüência” é relativa, uma vez que muitas dessas reuniões só podem ser realizadas coma presença de assistentes sociais, dado ao fato de brigas por espaço político entre os próprios mutirantes.

Conhecimento Sobre os Equipamentos Urbanos - Correio

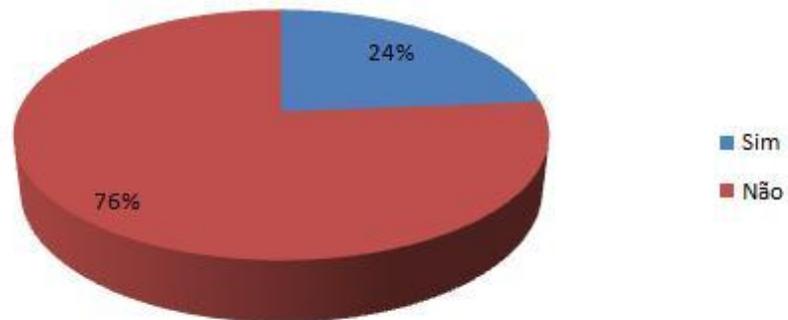


Figura 33 - Conhecimento dos multirantes quanto a presença dos correios no novo bairro

Conhecimento Sobre os Equipamentos Urbanos - Creches

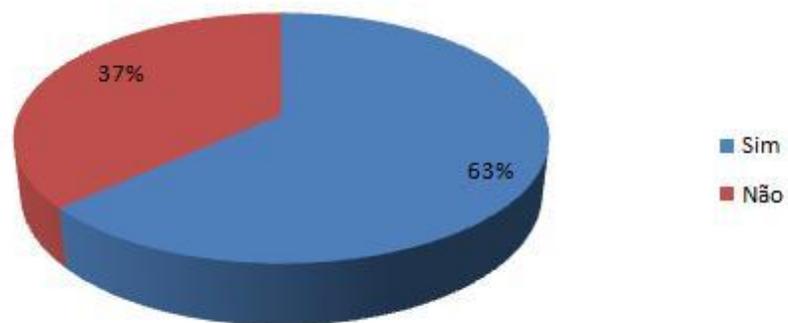


Figura 34 - conhecimento dos multirantes quanto a presença de creches no novo bairro

Conhecimento Sobre os Equipamentos Urbanos - Hospital

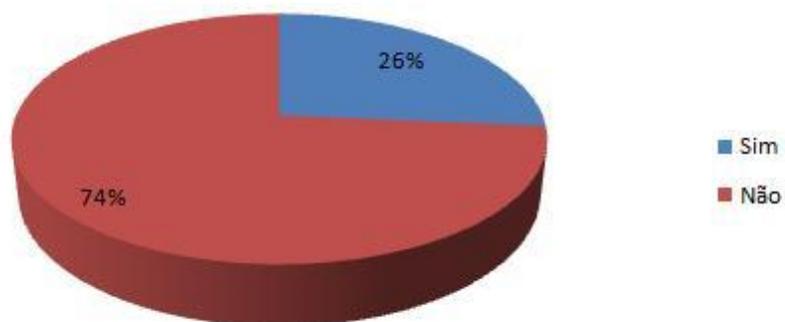


Figura 35 - Conhecimento dos multirantes quanto a presença de hospital no novo bairro

Conhecimento Sobre os Equipamentos Urbanos - Polícia

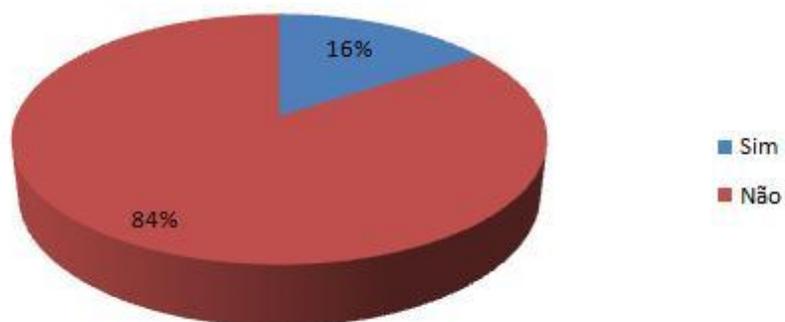


Figura 36 - Conhecimento dos multirantes quanto a presença de polícia no novo bairro

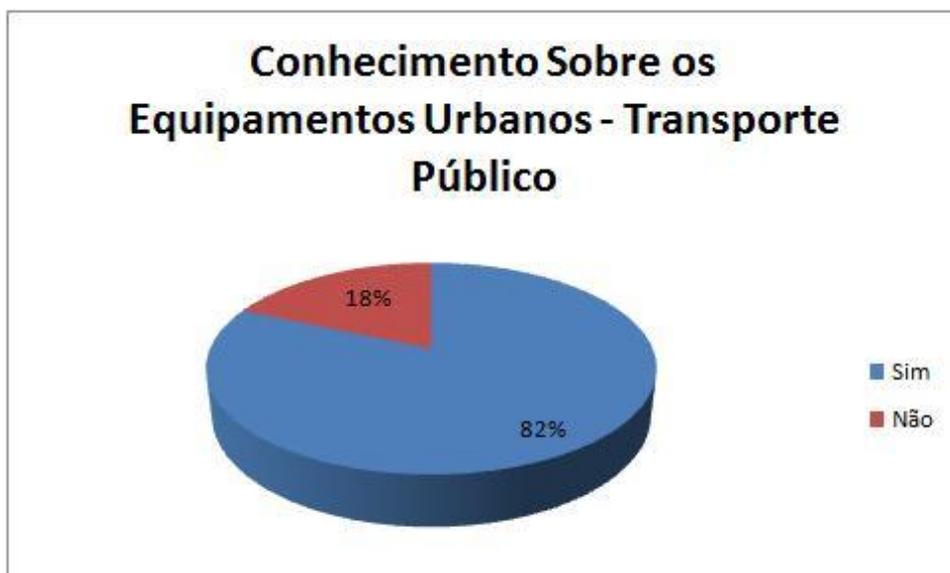


Figura 37 - Conhecimento dos multirantes quanto a presença de transporte público no novo bairro



Figura 38 - Conhecimento da frequência de reuniões entre moradores do bairro

Nas ultimas conversas com o mutirantes, foi observado que não apenas faziam parte das decisões no planejamento, mas também das decisões referentes às casas. Assim, foi vistos se houve concordância para com a metragem da casa e suas necessidade e foi possível observar que não há necessidades de mudanças nas casas novas para os novos moradores, contudo para eles ainda falta uma coisa a ser feita: muros entre as casas. Eles conhecem bem as clausulas de seus contratos, portanto sabem que não pode haver muros entre as casas, primeiramente pelo fato de eles terem que

aprender viver junto, segundo pelo paisagismo do local, que foi projetado para a não impermeabilização do solo, contudo ainda há controvérsias como vemos no Figura 39 uma grande parcela de moradores reivindicando esta condição.



Figura 39 - Necessidade dos mutirantes quanto a modificação nas novas casas

Foi levantada então a questão síntese desta parte: Você melhorou sua vida? Obtivemos mais de 90% de certeza (Figura 40), ao se lembrar das antigas condições os mutirantes se sentiam menosprezados, se menosprezando muitas vezes, concluindo que com as novas habitações, os novos amigos, os novos equipamentos urbanos.



Figura 40- Figura que demonstra se houve ou não melhoria na vida, isto segundo os próprios multirantes

6.5 – PROCESSO DE REMOÇÃO E CONSTRUÇÃO DO CONDOMÍNIO VITÓRIA

O processo por inteiro se iniciou há oito anos, quando foram feitos levantamentos através de assistentes sociais da Secretaria de Assistência Social de Araçatuba. Neste levantamento foram identificadas 38 casas (38 famílias) em ocupação irregular, próxima a fundo de vale (cerca de 100 metros) em baixa vertente. Em um processo longo de análise, o projeto foi reativado a atual administração que através de investimentos públicos e principalmente privados fizeram com que o sonho de se mudarem do local ocupado irregularmente torna-se realidade.

Juntamente com dinheiro do Fundo Social e uma parte da arrecadação da Zona Azul de Araçatuba, a administração publica pode fazer o orçamento necessário para a abertura de uma licitação, onde se chegou no valor de 650 mil reais investidos por parte do Governo Municipal. Ganharia a licitação a empresa que apresenta-se o melhor preço em um prazo de 3 meses de construção dando assim a inauguração do condomínio ate janeiro de 2010. Contudo a forma irregular de ocupação, juntamente com a degradação causada na antiga área e a necessidade de se fazer uma revitalização na antiga área, fez com que surgisse uma nova ideia no projeto. A prefeitura de Araçatuba, buscou juntamente com a COOPERHIDRO (Cooperativa da Bacia

Hidrográfica do Rio Tietê) técnicas e conceitos de sustentabilidade, uma vez que o assunto estava sendo tratado na revitalização do beco.

Com as idéias em mãos os responsáveis pela COOPERHIDRO, buscaram parceiros privados para o investimento em equipamentos e arquitetura sustentável. Seria uma espécie de projeto piloto, onde a administração iria buscar equipamentos para a construção das casas. A idéia surgiu com o conceito de planejamento ambiental, tão novo, porém muito mais amplo em uma análise sistêmica.

Toda a idéia de sustentabilidade que envolve o projeto partiu do conceito de que os mutirantes ocupavam uma Área de Proteção Permanente (APP), proibido pela Constituição Federal e a Lei Orgânica do município de Araçatuba, onde é previsto pena. Porém não se podia fazer a remoção sem dar um lar novo a essas pessoas. Partindo da idéia de que é na pratica que se aprende, eles organizaram uma remoção em forma de habitação de interesse social, onde seria o passado a eles oficinas de meio ambiente e sustentabilidade, para que assim suas gerações futuras compreendam as formas corretas de reaproveitar os resíduos a natureza.

Através do processo e as formas adotadas pela administração vimos uma clara noção de planejamento participativo, sustentável e ambiental, onde não se desagrega o homem e da natureza e sim o soma a natureza integrando-o como parte dela e elemento modificador

Como parceiras da conclusão do projeto do Condomínio Vitória, as empresas particulares fizeram sua parte quando ao ensinamento a esta geração sobre o desperdício de recursos, assim temos em seu conteúdo sustentável:

Condomínio Vitória

Insumos de Sustentabilidade – Dimensão Socioambiental

Energia limpa

Para o desenvolvimento do Condomínio Vitória o governo municipal buscou parceiros públicos e privados, em especial o GEPEA (Grupo de Estudos e Pesquisa em Educação Ambiental) da USP (Universidade de São Paulo). A parceria possibilitará a implantação de diretrizes visando o uso eficiente e racional de energia no condomínio, que futuramente contribuirão para formalizar de leis e padrões de uso e consumo de energia nos empreendimentos imobiliários de Araçatuba. A intenção é minimizar esse consumo no município, estimulando programas de eficiência e uso de fontes de energia limpas e renováveis.

Energia solar

Todas as 38 residências do Condomínio Vitória foram contempladas com a instalação de aquecedores solares doados pela Transsen (maior indústria de aquecimento solar da América Latina). Os equipamentos são recomendados inclusive pelo Programa de Mudanças Climáticas da ONU (Organização das Nações Unidas), por se tratar de uma fonte de energia limpa e renovável. Além de ganhos ambientais, os aquecedores proporcionam vantagens econômicas, já que as famílias poderão reduzir a conta de energia elétrica em até 20%. A adoção do uso de aquecedores solares será estimulada pelo governo municipal em Araçatuba, colaborando com a luta pela preservação e valorização dos recursos naturais do planeta.

Lâmpadas econômicas e rede interna do condomínio

Ao declarar o condomínio como área de interesse social, a Prefeitura Municipal de Araçatuba recebeu o apoio da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz) – concessionária de distribuição de energia elétrica da região – na doação de toda a rede interna comunitária, postes e iluminação com lâmpadas econômicas. Cooperação pública e privada em favor do social.

Torneiras com economizadores de água

Dentre os desafios da busca por soluções incluídas e para a construção de um mundo democrático e humano estão os ambientais, econômicos, políticos e sociais. Seguindo orientações técnicas do CIRRA (Centro Internacional de Referência em Reuso de Água) da USP (Universidade de São Paulo), foram instalados nas torneiras de todas as moradias do condomínio equipamentos economizadores de água. A parceria possibilitou a viabilização do acesso das comunidades populares aos equipamentos, assim como novas tecnologias de uso eficiente e racional de água.

Madeiras certificadas

No Condomínio Vitória todos os cuidados éticos e legais foram observados em relação à certificação da madeira utilizada nas obras. Essa atitude dá credibilidade e posicionamento sustentável ao empreendimento. Na construção civil o uso indiscriminado de madeira ilegal é uma preocupação que deve ser combatida, afinal de contas os padrões dominantes de produção e consumo estão causando devastação ambiental, redução dos recursos naturais e uma massiva extinção de nossas reservas florestais.

Calçadas com padrões de acessibilidade e permeabilidade

Toda preocupação da administração municipal com a acessibilidade e mobilidade urbana foi planejada no Condomínio Vitória. As calçadas de uso comum foram construídas observando os critérios de acessibilidade para deficientes físicos e passeios com espaços para uma perfeita drenagem de águas. As calçadas do local permitirão o passeio livre da comunidade dentro de padrões modernos de mobilidade e acessibilidade, dando formas para um plano de melhorias das calçadas de Araçatuba.

Arborização, jardinagem e paisagismo

Mais de 100 árvores de diversas espécies foram plantadas nos espaços comuns e individuais do condomínio, com o apoio da iniciativa privada, com destaque para a UniToledo. A participação direta das famílias e moradores no plantio foi importante para o estabelecimento de um elo de cumplicidade socioambiental, além de ser um fator de bem estar social e humano.. Para cada residência, duas árvores foram plantadas, cadastradas e registradas em nome da família que terá a responsabilidade da manutenção.

Coleta seletiva de lixo

Com o apoio da empresa Veja Engenharia Ambiental, um amplo sistema integrado de coleta seletiva de lixo foi implantado no espaço do condomínio. Kits compartilhados pelas residências promovem um salto na educação ambiental local, embutindo a conscientização do reduzir, reutilizar e reciclar nos sistemas de produção e consumo dos moradores, que, dessa forma, entendem e assimilam a importância da destinação correta dos resíduos produzidos no local.

Programa contínuo de educação e cidadania

Cursos e oficinas serão promovidos em atendimento às famílias, com o apoio de universidades e instituições locais, empoderando crianças, jovens e adultos nas oportunidades educativas que possibilitem melhor qualidade de vida, com oportunidades de geração de renda e emprego. O objetivo é integrar nas famílias uma educação formal de aprendizagem que permita ao longo da vida, assimilação de conhecimentos, valores e habilidades necessárias para um modo de vida sustentável.

Inclusão nos projetos sociais e de saúde

A Secretaria de Ação Social promoverá, por meio do Fundo Social e de Solidariedade, um sistema de encaminhamento e inclusão das famílias do condomínio junto aos projetos sociais e de saúde do município. Todas poderão se valor de atendimento nos programas existentes, como Bolsa-Família, Renda Cidadã e Programa de Saúde da Família, entre outros.

Temos então nas figuras 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47 e 48 uma seqüência de como eram suas condições de vida antes de todo o processo acontecer, e depois do processo ocorrido. As Figuras 41, 42 e 43 representam a antiga situação dessas pessoas onde vemos as enchentes causadas em épocas de chuva (figuras 41 e 43) e a antiga configuração do Beco da Esperança (Figura 42) quando o lugar ainda era ocupado. Já as figuras 44 ,45, 46,47 e 48 representam o processo de construção do Condomínio (Figuras 44, 45, 46 e 47) e sua situação de ocupação do novo local (Figura 48).



Figura 41 - Casas no Beco da Esperança, nota-se a água inundando o quarto dos moradores



Figura 42 - Moradores do beco em meados dos anos 90, nota-se a ocupação quase que total do local



Figura 43 - Imagem das inundações causadas em dias de chuva



Figura 44 - Condomínio Vitoria ainda em construção



Figura 45 - Maquinas trabalhando para o adiantamento da obra



Figura 46 - Condomínio em fase de termino



Figura 47 - Moradores ajudando na construção de seu espaço



Figura 48 - Condomínio pronto, com moradores já o ocupando

7 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos lembrar da conceituação de Souza (2002) para com o planejamento ambiental, assim ele diz

planejar significa tentar prever a evolução de um fenômeno ou, para fazê-lo de modo menos comprometido com o pensamento convencional, tentar simular os desdobramentos de um processo, com o objetivo de melhor precaver-se contra prováveis problemas ou, inversamente, com o fito de tirar partido de prováveis benefícios (SOUZA, 2002)

Ainda na mesma linha ele adiciona o elemento antrópico ao tratar o planejamento, assim

no que tange a melhoria da qualidade de vida, ela corresponde à crescente satisfação das necessidades – tanto básicas quanto não básicas, tanto materiais quanto imateriais de uma parcela cada vez maior da população (...) quanto ao aumento da justiça social, trata-se de uma discussão mais complexa, pois esbarra na multiplicidade de possibilidades de entendimento da idéia de justiça social (SOUZA, 2002)

Souza (2002) ainda explica seu enfoque diferenciado da seguinte forma “pode-se assumir que o desenvolvimento urbano, o qual é objetivo fundamental do planejamento e da gestão urbanas, deixa-se definir com a ajuda de dois objetivos derivados: a melhoria da qualidade de vida e o aumento da justiça social” (SOUZA, 2002).

A considerar que as ações que envolveram a cidade de Araçatuba, parceiros privados e uma comunidade politicamente engajada resultou em uma forma de se planejar que contempla a proposta, partindo de ações do poder privado. Através de aspectos legais a prefeitura buscou a melhor forma de tratar o assunto sem ferir a Constituição Federal e sua Lei Orgânica.

A comunidade organizada, incorpora o elemento antrópico em seu trabalho, somando-a ao meio e tratando como agente que modificador da

natureza. Assim foram feitas consultas quando ao planejamento da cidade previsto no Plano Diretor sem ferir o principio da dignidade humana.

Vemos então neste trabalho, a explicação das ações tomadas, focalizando as teorias de planejamento ambiental aplicando-as ao projeto. Junto a isto ainda pudemos analisar a melhoria da qualidade de vida e uma certa ascensão de 38 famílias beneficiarias do projeto, materializando todo o conceito mostrado neste trabalho.

Concluimos a viabilidade do planejamento sustentável bem feito, seja ele com dinheiro publico ou privado, através de maneiras de manejo que respeitem lei de planejamento e afins, demonstrando a proposta inicial de manejo sustentado de uso do espaço.

8 – REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

_____. ALMEIDA, Josimar Ribeiro. **Gestão Ambiental: planejamento, avaliação, implantação e verificação.** Rio de Janeiro: Thex Ed. 2000.

ALMEIDA, J. R.; MORAES, F. E. R.; MALHEIROS, T. M. M.; SOUZA, J. B. M. L. **Planejamento Ambiental** Rio de Janeiro: Ed. Thex, 2002.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Administração Municipal Para o Meio Ambiente – Roteiro Básico** Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 1993.

BARBOSA, Sarah P. *Geografia de Araçatuba.* Instituição Toledo Ensino. Araçatuba, Ed. Das I. T. E., 1970

CIMA. **O Desafio do Desenvolvimento Sustentável** Relatório do Brasil para a Conferencia das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Brasília: 1991.

Costa, L. R. F. **Estratégias de Planejamento** Rio de Janeiro, 1991.

CABO, Arthur Rua Del (et al). **Desenvolvimento Sustentável e Planejamento – Bases Teóricas e Conceituais.**1997

Coleção Araçatuba 100 anos/ (organizadora Cleuza Castilho Peres Franco)

CASTILHO, José Fernando. **O plano local no Direito Urbanístico brasileiro e comparado.** Tese de doutorado. São Paulo:Fadusp, 1998.

Cartilha Condomínio Vitoria – Prefeitura Municipal de Araçatuba/ Secretária de Ação Social/ Fundo Social de Solidariedade.

Constituição Federal de 1988

Comissão Mundial sobre Meio ambiente e Desenvolvimento. Relatório de Brundtland – Nosso Futuro Comum. 1987.

DOLFUS, O. **A Análise Geográfica** São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1973.

DORIA, O. **Município. O Poder Local.** São Paulo: Scritta Editorial, 1992.

FIGUEIREDO, C. A. **A Questão Ambiental no Brasil** IG/USP, 1985.

GALANTE, M. L. V. **Guia Metodológico Para Elaboração de Planos de Manejo** IBAMA, 1990.

Geógrafos da CNG (Conselho Nacional de Geógrafos): *Região Sudeste* / IBGE – Rio de Janeiro, 1977.

LEAL, Antonio César. Meio Ambiente e Urbanização na Microbacia do areia Branca – Campinas – São Paulo. Rio claro, 1995, Dissertação (Mestrado em geociências) IGCE – UNESP – Rio Claro.

Lei Orgânica do Município de Araçatuba

Lei Complementar nº168 de 6 de outubro de 12006 de Araçatuba

Plano Diretor do Município de Araçatuba

Planejamento Ambiental – Teoria e Prática. 2007. Autor: Rozely Ferreira dos Santos. São Paulo. Oficina de Texto

São Paulo – Noovha America – (serie conto, canto e encanto com a minha historia...)

SOUZA, Marcelo Lopes. **Mudar a cidade: uma introdução crítica ao planejamento e à gestão urbanos**. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

TAUK, S. M. **Análise Ambiental: Uma Visão Multidisciplinar** São Paulo: Ed. UNESP – FAPESP, 1991.